



Índice

- 01 [Madeira é extraída ilegalmente de reservas indígenas no MA e PA](#)
- 02 [FAMATO defende indenização a pessoas afetadas por demarcações de terras indígenas](#)
- 03 [Indígenas de Miranda preparam manifestação contra prefeita](#)
- 04 [Pajé preserva cultura indígena no Pará e propaga crença nos Caruanas](#)
- 05 [Leilão é liberado pela Justiça; indígenas entram com mandado de segurança](#)
- 06 [Índios guaranis ocupam área e criam aldeia em São Bernardo](#)
- 07 [Governo amplia ensino formal sobre comunidades quilombolas](#)
- 08 [Em Miranda \(MS\), encapuzados incendeiam carro com indígena Terena dentro](#)
- 09 [Não resisto: "Com cerveja e espetinho, Leilão arrecada dinheiro para financiar combate aos índios"](#)
- 10 [Comunidades da Jaguará e Palmital são reconhecidas como Quilombos](#)
- 11 [Emap investe em inclusão digital para comunidades quilombolas do Cujupe](#)
- 12 [Novos Quilombos](#)
- 13 [Ricardo entrega benefícios para 300 famílias quilombolas](#)
- 14 [SP quer ampliar participação de negros, pardos e indígenas no serviço público](#)
- 15 [Incrá entrega títulos definitivos para comunidades quilombolas sergipanas](#)



- 16** [Carta aberta do Conselho Terena](#)
- 17** [Indígenas isolados avisam militares sobre guerrilheiros e crimes na selva](#)
- 18** [Índios fecham ponte e cobram pedágio em rodovia de MT](#)
- 19** [Governo de SP quer pontuação extra para negros e índios em concursos](#)
- 20** [Dois índios morrem após 'duelo' por causa de mulher na aldeia Jaguapiru](#)
- 21** [Relatório Figueiredo revela que famílias tradicionais se apossaram de terras indígenas no MS](#)
- 22** [Exposição do fotógrafo Milton Guran retrata 16 etnias indígenas](#)
- 23** [Guerra Fria contra indígenas](#)
- 24** [HOJE: Transmissão #DeOlhonosRuralistas 5, às 20h](#)
- 25** [Casa de Paulino Terena é arrombada em Miranda \(MS\), por Ruy Sposati](#)
- 26** [Impasse entre índios e agricultores em discussão](#)
- 27** [Martírio: um filme que o Brasil precisa ver](#)
- 28** [o povo Guarani e Kaiowá em luto frente à nova ameaça de morte coletiva dos fazendeiros](#)
- 29** ["Índios criticam leilão e acusam ruralistas de enfraquecer Funai"](#)
- 30** [Ruralistas articulam emenda contra demarcação de terras indígenas](#)
- 31** [ONU enaltece valor de conhecimento indígena para preservar biodiversidade](#)
- 32** [Ato a favor dos povos indígenas reúne 70 na Capital](#)
- 33** [Comitê de projeto de gestão ambiental e territorial indígena se reúne em Brasília](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

-
- 34** [Do conflito ao consenso](#)
 - 35** [Brasília sedia Fórum Mundial de Direitos Humanos](#)
 - 36** [Ministério Público Federal no Piauí quer demarcação da terra indígena Kariri de Queimada Nova](#)
 - 37** [Após polêmica, "Leilão da Resistência" arrecada mais de R\\$ 600 mil](#)



Madeira é extraída ilegalmente de reservas indígenas no MA e PA

SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 07.12.2013

Cerca de 500 mil metros cúbicos de madeira estavam sendo extraídos ilegalmente de terras indígenas entre os Estados do Maranhão e Pará e da Reserva Biológica do Gurupi, no município de Carutapera, região oeste do Maranhão. As madeiras eram extraídas após a criação de créditos ilegais do produto no SisdoF (Sistema de Controle Florestal) do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Segundo a PF, para transportar as toras de madeira, seriam necessários 14 mil caminhões.

Para combater o crime cibernético em sistemas de controle ambiental, PF está cumprindo 50 mandados judiciais – sendo 21 de prisão preventiva, 22 de busca e apreensão, além de sete conduções coercitivas nos três Estados. As ações contam com apoio do Ibama.

Segundo a PF, esta é a primeira vez que Naturais Renováveis) estão tentando desarticular um esquema criminosos de invasão cibernética em sistemas de controle florestal no Maranhão, Pará e Goiás. A operação Nuvem Negra está sendo realizada desde as primeiras horas desta sexta-feira e é a primeira da história de combate a este tipo de crime.

A Justiça expediu 50 mandados judiciais – sendo 21 de prisão preventiva, 22 de busca e apreensão, além de sete conduções coercitivas nos três Estados para serem cumpridos pela PF. Também foram bloqueadas contas bancárias e a suspensão da atividade econômica de todas as pessoas físicas e de 200 empresas envolvidas no esquema.

A polícia não divulgou quantas pessoas já foram presas.

A PF informou que entre os envolvidos estão madeireiros da região de Centro do Guilherme (500km de São Luís), Governador Nunes Freire (a 446km de São Luís) e Buriticupu (a 407km de São Luís), municípios que circundam terras indígenas, além da Reserva Biológica do Gurupi, onde ficam localizadas as terras dos índios Awá, no município de Carutapera, oeste do Estado do Maranhão.

Segundo a PF, o esquema burlava o SisdoF para obter créditos de madeira extraídos ilegalmente de terras indígenas e unidades de conservação entre os Estados do Maranhão e Pará, como a Reserva Biológica do Gurupi, que está com 1/3 desmatada, e de terras indígenas denominadas TI Awá, Caru, Alto Turiaçu e Alto Rio Guamá.

Os criminosos invadiam computadores de outras empresas e furtavam os créditos para empresas fantasmas ou irregulares tornando-os limpos para comercialização. A polícia e o Ibama retiraram os créditos obtidos ilegalmente pelas empresas e está exigindo certificação digital obrigatória para usuários internos e externos do sistema, além de limitou o fluxo de créditos contrários à lógica do mercado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

"Transações reais eram simuladas diante da vulnerabilidade de algumas empresas usuárias do sistema de controle de produtos florestais. A partir disso, as empresas fantasmas ou irregulares confeccionavam documentos florestais falsos, 'esquentando' madeira e carvão extraídos ilicitamente", informou a PF. (Fonte: UOL)

FAMATO defende indenização a pessoas afetadas por demarcações de terras indígenas

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 07.12.2013



A entidade pontua que esta solução deverá ser aplicada em concordância com os produtores rurais e a população atingida

A decisão do Governo Federal de destinar recursos do orçamento da União para a indenização das propriedades rurais que serão afetadas pela ampliação da reserva Buriti, em Mato Grosso do Sul, deve servir de modelo para casos semelhantes nos Estados onde há processos de novas demarcações de terras indígenas (TI's), como é o caso de Mato Grosso, avalia a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso - FAMATO. Entretanto, a entidade pontua que esta solução deverá ser aplicada em concordância com os produtores rurais e a população atingida, mediante

pagamento justo, prévio e em valor de mercado pelos imóveis e benfeitorias.

As famílias que viviam na gleba Suiá-Missú poderiam ser beneficiadas com esta medida. Em dezembro de 2012, sete mil pessoas foram despejadas de suas casas e propriedades rurais durante o processo de desintrusão desta área, que corresponde a 165 mil hectares. A Fundação Nacional do Índio (Funai) alega que esta área é terra indígena Maraiwatsede, da etnia Xavante. O processo ainda está em andamento na justiça. A FAMATO afirma que a indenização é uma forma justa de amparar as pessoas que durante muitos anos trabalharam para garantir o próprio sustento e construíram seus patrimônios na região.

A entidade reitera também que a solução definitiva para as arbitrariedades cometidas pela Funai nos processos de demarcações de novas áreas indígenas é a aprovação da PEC 215, que atribuirá ao Congresso Nacional, e não mais à Funai, a competência para a demarcação de terras indígenas.

O Estado possui 67 TI's que correspondem a 12,5 milhões de hectares. Além das terras já homologadas, Mato Grosso tem 25 áreas em processo de demarcação. Caso haja incremento de novas terras, a área indígena total no Estado alcançará 19 milhões de hectares, mesma dimensão do Estado do Paraná. Municípios como Juína, Brasnorte, Marcelândia e Apiacás poderão sofrer grandes perdas econômicas com as novas demarcações.



Indígenas de Miranda preparam manifestação contra prefeita

SÍTIO COXIM AGORA, 07.12.2013

Indígenas da aldeia Cachoeirinha, de Miranda, preparam uma manifestação de repúdio contra a prefeita do município, Marlene Bossay (PMDB). Eles alegam que a peemedebista está atuando contra as tradições indígenas na cidade, distante 201 km de Campo Grande.

O motivo da revolta, segundo o cacique Adilson Antonio, foi o fato de a prefeita ter repreendido crianças indígenas por usarem trajes típicos da etnia terena durante a solenidade de formatura da educação infantil da Escola Municipal Nicolau Horta Barbosa, localizada na Cachoeirinha.

A formatura aconteceu na manhã desta sexta-feira (6). Conforme relata o cacique, Marlene teria sido ríspida com os professores e com a direção da escola e teria chamado a atenção dos profissionais, na frente dos pais que estavam reunidos para a formatura.

Segundo Adilson, a prefeita teria dito que durante sua administração não iria admitir o uso de trajes típicos indígenas em eventos oficiais.

A atitude da prefeita não foi bem recebida pela comunidade, que se prepara para manifestar repúdio à Marlene.

Pajé preserva cultura indígena no Pará e propaga crença nos Caruanas

SÍTIO GLOBO.COM, 07.12.2013

Ritual de pajelança, tradicional dos índios que habitavam a Ilha de Marajó, é cultuado com o objetivo de conectar os seres vivos às energias da natureza



Pajé em ritual para curar a terra depois de uma queimada (Foto: Reprodução de imagem)

Os índios que há centenas de anos habitaram a Ilha de Marajó, no Pará, deixaram uma série de influências culturais na região. A pajelança cabocla é um exemplo de ritual indígena tradicional da chamada cultura marajoara que conseguiu sobreviver ao passar do tempo. A crença de origem indígena é cultuada até hoje graças a figura da Pajé Cabocla Zeneida Lima, que define o ritual como uma forma de conexão entre os homens e as energias da natureza, conhecidas como Caruanas.

“Os Caruanas são energias viventes nas águas e a pajelança é um encontro entre o homem e as energias da natureza”, esclarece Zeneida, uma senhora 79 anos que desde os 11 pratica a pajelança. Através do seu dom de promover o encontro entre os homens aos Caruanas, a Pajé da Ilha de Marajó diz já ter curado centenas de pessoas.

A cultura marajoara conta que os Caruanas são o povo de Auí que se transformou em poderosas energias que ficam no fundo das águas. A tradição indígena acredita que, no início dos tempos, o mundo era formado apenas de água e que Auí foi o ser escolhido pelo Girador, um grande pote de barro que vem do infinito, para construir sete cidades onde ele pudesse viver com seu povo. E assim aconteceu, até o dia em que Auí descumpriu a regra imposta pelo Girador de nunca olhar para o rodadoiro quando ele se formasse.

Ao ver que no fundo das águas em movimento havia a mesma matéria da qual o Girador era feito, Auí se rendeu a ambição de ter os mesmos poderes do pote de barro e mergulhou. Como punição, a cabeça de Auí foi partida e transformada nos reinos animal, vegetal e mineral, e seu povo foi transformado nos Caruanas, energias poderosas que ficam no fundo das águas, ou melhor, no Mundo Encantado dos Caruanas.

É por isso que Zeneida diz que a pajelança “chama as energias do povo do Auí para a cura”. A Pajé conta que já foi capaz de descrever visualmente 12 dessas energias responsáveis por proteger a natureza e guiar uma convivência harmoniosa entre os vivos e os elementos naturais. Conheça estes Caruanas e o que eles representam:

CONT.



Caruana Aguaguara

Quando Auí tocou o fundo do redemoinho, a terra que aflorou não tinha cor. Aguaguara é a energia primeira que veio para a terra com a missão de dar cor a tudo. Coloriu de um vermelho intenso a ave guará e por isso foi chamada de Aguaguara. Sua árvore sagrada é o mucajazeiro.

Caruana Churuíra

Energia tão antiga quanto o universo, responsável por preparar o ambiente para a pajelança. A missão deste Caruana é borrifar o verde sobre o planeta terra, mantendo as florestas com sua cor viva e renovada. A cor desta energia é a branca e seu elemento sagrado a concha branca do mar.

Caruanas Jandiá e Jacundá

Caruanas responsáveis por abrir e fechar as portas do mar para que os outros Caruanas saiam do mundo encantado e ultrapasse a fronteira para o mundo dos viventes. A árvore sagrada é o marajazeiro.

Caruana Andorinha

Este Caruana tem a missão de proteger todas as aves do planeta e garantir que as espécies se perpetuem na natureza. A árvore sagrada que o representa é o açazeiro.

Caruana Beija-Flor

O Caruana Beija-flor protege a integridade física do pajé durante o ritual da pajelança. Sua árvore sagrada é a Taboca.

Caruana Janaum

Quando Auí tentou pegar o material que estava no fim do rodado, a terra que estava no fundo do mar aflorou formando as partes altas da Ilha, dando origem ao mundo. O Caruana Janaum recebeu a missão de nivelar o planeta para que ele pudesse ser habitado. A árvore sagrada deste Caruana é a oxiraneira.

Caruana Lua

O Caruana Lua tem a missão de tomar conta das energias lunares na hora da pajelança para que sua influência seja benéfica na cura do vivente. Sua árvore sagrada é o ajuruzeiro.

Caruana Sibicila

Caruana responsável por tomar conta dos ventos dos quatro cantos do mundo, norte, sul, leste e oeste. Ele mantém a temperatura da terra e direciona os ventos para que soprem nas estações certas. A árvore sagrada do Sibicila é o Juca.

Caruana Cobra

Os grupos de Caruanas utilizam as correntes marinhas para chegar até as portas do mar e assim efetivar o ritual da pajelança. Essa mobilização de grupos é conhecida como cordas de caruanas. O Cobra é o mestre e contra-mestre das cordas de caruanas. Sua árvore sagrada é o mangueiro.

Caruana Ituaí

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

O Caruana Ituaí tem a missão de proteger o momento da cura. Ele é uma grande estrela de nove pontas que fica no fundo do mar. A árvore sagrada deste Caruana é o jenipapeiro.

Caruana Pocará

O Caruana Pocará é responsável pelo equilíbrio das ondas do mar e por proteger os viventes quando estão sob as águas. A árvore sagrada deste Caruana é o Inajazeiro.



Leilão é liberado pela Justiça; indígenas entram com mandado de segurança
SÍTIO CIMI, 07.12.2013

Ruy Sposati, de Dourados (MS)

Às 22h30 (horário de Brasília) de sexta-feira, 6, o juiz Pedro Pereira dos Santos, da 4ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande reverteu a decisão anterior e liberou a realização do Leilão da Resistência, evento que venderá gado e soja para financiar seguranças armados contra indígenas. Na manhã do sábado, 7, indígenas Guarani, Kaiowá e Terena entraram com mandado de segurança pedindo a suspensão dos efeitos da nova decisão.

Convocado pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), com o apoio da bancada ruralista do Congresso Nacional, o leilão será realizado neste sábado, 7, em Campo Grande. A senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Katia Abreu (PMDB-TO) confirmou presença, além de outros parlamentares da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA).

No último dia 4, a juíza Janete Lima Miguel, da 2ª. Vara de Campo Grande da Justiça Federal, havia determinado que o leilão não fosse realizado. A decisão argumentava que "esse comportamento por parte da parte [fazendeiros] não pode ser considerado lícito, visto que pretendem substituir o Estado na solução do conflito existente entre a classe ruralista e os povos indígenas" e que "tem o poder de incentivar a violência (...) e colide com os princípios constitucionais do direito à vida, à segurança e à integridade física".

Em uma movimentação judicial considerada anormal pelos advogados dos indígenas, as entidades ruralistas questionaram judicialmente, na sexta-feira, a imparcialidade e independência da juíza Janete, que havia suspenso o leilão. Ela, então, se declarou suspeita perante a Justiça para julgar o caso. O Tribunal Regional Federal da 3ª. Região (TRF-3) então nomeou Pedro Pereira dos Santos, da 4ª. Vara, que deu parecer favorável aos ruralistas.

Ilegalidade

"A temporalidade desta decisão foi completamente anormal", afirma o advogado do Conselho Terena e do Conselho Aty Guasu Guarani e Kaiwá e assessor do Conselho Indigenista Missionário, Luiz Henrique Eloy Terena. "Tudo isso aconteceu no final da tarde. Como o presidente do TRF-3 designa outro juiz em menos de três horas? Nós temos casos, como o de Pillad Rebuá, em que o Tribunal levou mais de um mês para nomear outro juiz, também em contexto de suspeição".

"E há uma ilegalidade aqui", aponta o advogado. "Quando se entra com pedido de suspeição, a Justiça deve, não designar outro juiz, mas, sim, suspender o processo até que a suspeição fosse julgada. A Justiça deveria ter ouvido a gente". Para o advogado, é necessário provar que a juíza é de fato suspeita, e não apenas acusá-la.



Índios guaranis ocupam área e criam aldeia em São Bernardo

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 07.12.2013

Os indígenas aguardam, há 20 meses, Ministério da Justiça publicar portaria para oficializar a demarcação dessa área

São Bernardo do Campo - Em meio à mata fechada, longe dos olhos de quem passa pela estrada Rio Acima, no pós-balsa de São Bernardo, 42 índios guaranis organizam a primeira aldeia do ABC paulista. O grupo ocupou a área de 54,7 hectares, equivalente a 54 campos de futebol, no início de 2013 e em setembro ganhou na Justiça o direito de permanecer no local.

A nova aldeia integra a terra indígena Tenodé Porã, que vai de São Bernardo ao litoral, reconhecida pela Funai em abril de 2012. Atualmente, a demarcação aguarda a publicação de uma portaria do Ministério da Justiça e a sanção da presidenta Dilma Rousseff para oficializar a decisão e efetuar as 149 desapropriações, 38 em São Bernardo e as demais na capital.

A ocupação fica a 20 minutos do Bairro Santa Cruz, em São Bernardo, e cerca de 8 quilômetros da aldeia Krukutu, no extremo Sul de São Paulo, até então a área indígena mais próxima do ABC. "No Krukutu, o espaço era pequeno e estávamos perdendo nossos costumes. Estava cada vez mais difícil viver", explicou a índia Francisca Martim da Silva, 30 anos.

Moradias próximas e falta de espaço para plantar ou caçar estão entre os problemas. "Na cultura guarani, o núcleo familiar mora perto, mas não tão próximo", argumentou. Atualmente, a aldeia Krukutu tem 270 índios em uma área de 2,9 hectares (três campos de futebol).

Diferente da aldeia Krukutu, a infraestrutura da nova área é precária. As casas foram erguidas com materiais retirados da natureza. A água vem de um rio que corta o terreno e a energia elétrica vem de 'gatos' da estrada Rio Acima. Não há postos de saúde ou escolas.

E apesar de o lugar ser grande, os índios aguardam a oficialização da demarcação da Funai para iniciar o plantio. "Queremos ter a garantia de que não vamos perder o que plantarmos", revelou Francisca. Enquanto isso, algumas famílias passam necessidade. "Hoje os índios que não têm renda sobrevivem apenas de doações. Enquanto não plantarmos, temos que comprar a maior parte da comida", destacou a guarani.

Processo

Diante das necessidades, a ideia da ocupação foi natural. O difícil foi enfrentar o medo de possíveis represálias do proprietário. "Ele não nos ameaçou, mas tínhamos receio de ele tentar nos tomar o lugar. E foi o que ele fez, mas a Justiça ficou do nosso lado", afirmou Francisca.

CONT.



A Funai, que acompanhou o processo, explicou que o juiz Fernão Pompêo de Camargo, do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, decidiu indeferir o pedido de reintegração de posse com base nos estudos da própria Funai que demonstram que a área é de ocupação tradicional dos Guaranis Mbyá.

Outro ponto que contou a favor dos índios foi o fato de os donos da área raramente frequentarem o local. Diante do resultado, um dos proprietários, Flavio Mantesso, entrou com recurso e aguarda julgamento do Tribunal Regional Federal da Terceira Região. O processo também é acompanhado pelo Ministério Público Federal.

Índios sofrem pela falta de atendimento médico

Além da falta de recurso para comprar alimentos ou plantar, o segundo maior problema da ocupação indígena é a falta de auxílio médico. Na aldeia Krukutu, os indígenas contam com um posto médico e agente de saúde indígena, além de um veículo que permanece no local 12 horas por dia para levar os índios em consultas médicas fora da aldeia ou socorrer os casos graves. Na nova área, a unidade de saúde mais próxima fica no Bairro Santa Cruz, a 20 minutos a pé da ocupação.

“Quando se está passando mal, 20 minutos pode ser muita coisa, ainda mais para as crianças”, comentou a índia Francisca Martim da Silva. Diante do problema, os índios têm recorrido à solidariedade dos vizinhos para prestar o socorro. “Mas às vezes, os médicos transferem os casos mais graves para o Riacho Grande e nós não temos como ir até lá. Não temos como pagar as passagens de ônibus”, ressaltou Francisca.

Conforme Francisca, mães já tentaram atravessar a nado a represa Billings. Os índios acreditam que a saída seria a prefeitura de São Bernardo prestar atendimento médico na própria área. “Eles também deveriam treinar alguém de nós como agente de saúde, até porque nem todos aqui falam português”, destacou.

Em nota, a prefeitura de São Bernardo afirmou que a tribo é questão estadual. “A tribo está ligada ao distrito sanitário indígena da zona sul de São Paulo. Eventualmente, alguns indígenas procuram a UBS Santa Cruz e são atendidos normalmente, embora a referência para atendimento em saúde seja com a unidade básica de saúde mantida pela prefeitura de São Paulo.



Governo amplia ensino formal sobre comunidades quilombolas

SÍTIO JOVEM PAN ON LINE, 07.12.2013

A história e cultura das comunidades dos descendentes dos escravos africanos, os quilombolas, começarão a ganhar maior espaço na política educativa do Brasil após vários séculos de tratamento superficial nas escolas.

Embora a presença dos quilombos tenha sido fundamental para escrever o passado e o presente do país, sua história muitas vezes não é conhecida em profundidade nem por suas próprias comunidades, distribuídas no interior do Brasil, sobretudo nas regiões nordeste e sudeste.

Por isso, o Governo Federal e os governos estaduais decidiram prestar maior atenção para o assunto, sobretudo a partir de 2012, com a aprovação das diretrizes para a educação quilombola, que começaram a ser implementadas neste ano com o objetivo de dar valor a cultura afro-brasileira nessas comunidades.

Em 2013, as escolas públicas em comunidades quilombolas chegaram a 2.238, um número 32% superior ao de 2009, segundo dados do Censo Escolar deste ano.

A pedagoga e pesquisadora em História e Cultura Afro-Brasileira da Universidade de Campinas (Unicamp), Caroline Jango Feitosa, disse à Agência Efe que tais medidas são importantes para se fazer um contraponto à educação tradicional "eurocêntrica".

Essa educação, na sua opinião, "marginaliza todos os aspectos que envolvem a cultura africana e afro-brasileira".

"Em minhas pesquisas recentes constatei que as crianças negras se identificam com os padrões brancos de beleza e estética de modo que a construção da identidade negra fica extremamente prejudicada. Isso acontece por que as crianças não têm nenhuma representação de valor da cultura da qual são descendentes", afirmou.

Em São Paulo, por exemplo, o governo estadual anunciou durante a semana em que prestou homenagem a Zumbi dos Palmares - o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, o maior do período colonial - a criação do primeiro Conselho de Educação Quilombola do país.

O órgão, que conta com a participação de líderes de comunidades quilombolas e especialistas das principais universidades, tem como objetivo aumentar o peso da cultura negra na educação, levando-se em conta que 50,7% da população do país é formada por negros e pardos, segundo o último censo.

De acordo com o diretor do conselho, Sérgio Cardoso, o ensino quilombola não vai deixar de transmitir o que já é estudado nas escolas regulares, mas vai intensificar a história das

CONT.



comunidades quilombolas em seu programa educativo.

"O programa de educação escolar dos quilombolas vai levar em conta todo o conteúdo oficial de São Paulo, mas, além disso, vai ensinar o valor dessas pessoas, o amor pela terra, pela religião, pela cultura dos antepassados e pelas doutrinas populares", destacou à Efe Cardoso.

Segundo diretor, o conselho terá uma atuação "mais específica" junto às comunidades quilombolas, mas também vai trabalhar com outras minorias.

A programação será concentrada nas relações étnico-raciais com um enfoque "transversal", que abordará também disciplinas como língua portuguesa, arte e história.

Cardoso afirmou que o programa de São Paulo, concretamente, pretende ir além, contemplando as disciplinas de filosofia, sociologia, e transformando os temas da bibliografia em uma matéria obrigatória para os professores que desejarem ingressar na rede pública estadual.

A pesquisadora Caroline lembrou que é fundamental a expansão desse tipo de educação para outras escolas, que estão fora do contexto, como uma forma de se oferecer acesso "ao direito assegurado por lei de aprender os conteúdos sobre a cultura africana".

"Não podemos esquecer que a educação quilombola não fala sobre os conteúdos ensinados, mas sobre uma maneira diferente de se educar, focalizada na perspectiva do africanismo, o que possibilita um espaço mais democrático e rico", explicou Caroline. EFE

Em Miranda (MS), encapuzados incendeiam carro com indígena Terena dentro
SÍTIO DESACATO, 08.12.2013



Quatro homens encapuzados atearam fogo no carro do indígena Paulino Terena, liderança da retomada Pillad Rebuá, no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul (MS), região do Pantanal, na madrugada da última sexta-feira (6). Paulino estava dentro do carro, teve algumas lesões e fará exame de corpo de delito hoje, mas passa bem. A tentativa de homicídio foi registrada na Polícia Civil da cidade. O atentado é atribuído a produtores rurais da região, em disputa pela posse de territórios

reivindicados como tradicionais pelos Terena. As informações são da liderança indígena.

Por volta das três horas da manhã, Paulino se deslocava dentro da aldeia Moreira em seu veículo, quando avistou uma caminhonete desconhecida dentro da área retomada. Seguiu na direção do veículo. Ao se aproximar, dois homens encapuzados desceram da caminhonete e jogaram combustível no carro de Paulino. "Quando vi um deles riscando o fósforo, eu saí imediatamente do carro. Fiquei molhado de gasolina", conta o indígena.

"Eles me seguraram e tentaram por fogo em mim. Mas os fósforos quebravam. Eles só conseguiram colocar fogo no carro, que queimou todo. Na sequência, uma moto se aproximou. Eu consegui me livrar deles e saí correndo para o mato. Um deles gritava: 'eu vou matar esse cara!'. 'Tem que queimar tudo esses bugres', um outro falou", relata. Os indígenas informaram a Polícia Militar sobre o caso, que não atendeu a ocorrência. Por volta das seis da manhã, o delegado da Polícia Civil esteve no local para apurar o caso.

Ameaça de morte

Paulino vem denunciando as sucessivas ameaças de morte que tem recebido. No último mês, durante a 4a. Assembleia do Povo Terena, a comunidade de Pillad entregou uma carta ao Conselho Terena, relatando que "[fazendeiros] querem a cabeça dele [Paulino] como troféu".

Segundo o documento, um ex-empregado de uma fazenda que incide sobre o território reivindicado pagaria dinheiro a dois jovens indígenas "para passarem informação de tudo que está sendo articulado naquele lugar", e que estes jovens teriam levado um "recado" de fazendeiros para Paulino: "ele quer tirar a sua cabeça fora".

Ônibus incendiado

CONT.



Também em Miranda, um ônibus que realizava transporte de alunos Terena foi incendiado durante a madrugada do dia 28 de novembro. O veículo, que estava vazio, levava diariamente cerca de 30 estudantes do ensino fundamental e médio de toda a Terra Indígena Cachoeirinha, onde também há conflito com fazendeiros.

Em 4 de junho de 2011, um ônibus que transportava cerca de 30 estudantes Terena, a maioria entre 15 e 17 anos, foi atacado com pedras e coquetéis molotov. Seis pessoas, incluindo o motorista, sofreram queimaduras. Quatro foram internadas em estado grave. A estudante Lurdesvoni Pires, de 28 anos, faleceu, vítima de ferimentos causados pelas queimaduras. Na época, lideranças Terena creditaram o ataque a proprietários rurais da região, no contexto da disputa pela demarcação das terras indígenas.

Decisão favorável

No último dia 4, a Justiça Federal em Campo Grande suspendeu o processo de reintegração de posse da Chácara Boa Esperança, umas das propriedades rurais que incidem sobre o território reivindicado pelos indígenas como Pillad Rebuá, e que em outubro foi ocupado por famílias da aldeia Moreira. Ernesto Milani, proprietário da fazenda, entrou com pedido de reintegração de posse contra comunidade. Além de ter suspenso a reintegração por seis meses até que a Fundação Nacional do Índio (Funai) conclua o laudo antropológico da área, a juíza Janete Lima Miguel, da 2a. Vara de Campo Grande da Justiça Federal, determinou que os indígenas permaneçam na área retomada, liberando apenas a sede da fazenda para o proprietário.

Durante a audiência, os advogados de defesa da comunidade indígena relatam que Ernesto Milani teria dito à juíza que, em Miranda, "há 80 homens prontos para entrar e matar os índios", e que somente não teriam executado esta ação porque ele não havia dando autorização, mas que "eles estão lá reunidos, estão à disposição".

Histórico

Os 2,2 mil indígenas Terena de Pillad Rebuá, até as retomadas, viviam em 94 hectares, divididos em duas aldeias, Moreira e Passarinho. Pillad teve o primeiro registro de reconhecimento pelo Estado em 1904. Um processo de demarcação teve início em 1950, mas não seguiu.

Em outubro, cerca de 300 indígenas do povo Terena retomaram duas propriedades localizadas dentro de Pillad, exigindo que fosse instituído o Grupo de Trabalho (GT) para finalizar o processo de identificação e demarcação da terra indígena, cuja dimensão apontada nos laudos iniciais da Fundação Nacional do Índio (Funai) é de 10.400 hectares.

Em 10 de novembro, cerca de 300 indígenas Terena foram atacados por homens armados em caminhonetes depois de terem ocupado a fazenda. Cápsulas de 9mm foram encontradas no local e entregues à Polícia Federal. Na sede da propriedade foram encontrados diversos buracos de bala no telhado, paredes e em um bebedouro.

Dois dias depois, fazendeiros expulsaram à tiros indígenas que haviam retomado a área de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

uma outra fazenda que incide sobre a área reivindicada como terra indígena Pillad Rebuá. Um trator pertencente à comunidade também foi incendiado. Ninguém ficou ferido.

Foto: Ruy Sposati

Fonte: Brasil de Fato



Não resisto: "Com cerveja e espetinho, Leilão arrecada dinheiro para financiar combate aos índios"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.12.2013

Estou desde cedo dividida quanto a postar essa notícia, publicada ontem pelo MidiamaxNews. Agora entretanto, depois de postar a matéria do G1 desta tarde (Chamado 'Leilão da Resistência' ruralista arrecada R\$ 640,5 mil em Mato Grosso do Sul), decidi que ela tem sim que ser divulgada. Inclusive porque é um texto digno, no qual pela primeira vez vejo a palavra "retomada" sendo usada corretamente em MS, e logo no primeiro parágrafo. Parabéns a Nealla Machado pelo seu trabalho, que envolve inclusive a ótima montagem fotográfica. (Tania Pacheco)

Por Nealla Machado

Com inúmeras autoridades políticas e vários produtores rurais, o 'Leilão da Resistência' promovido por pecuaristas de Mato Grosso do Sul para arrecadar recursos para financiar ações contra retomadas de áreas indígenas aconteceu nesse sábado (07), com mordomia e cerveja gelada para os participantes.

Com auditório cheio de fazendeiros, todos os que subiam ao palanque entoavam a resistência contra a demarcação das terras indígenas. "Essa é a resistência democrática que o MS levanta nesse momento. Chega de desrespeito ao cidadão que faz e que produz", disse a estrela da noite, o deputado federal pelo estado de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM). A senadora Kátia Abreu (PSD) de Tocantins também estava presente. Antes do leilão ela afirmou que a Funai é falida, retrógrada e atrasada.

Com um dos discursos mais aplaudidos pelos participantes o deputado afirma que a questão indígena é um problema para todo o país e que o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e a Funai são "preconceituosos contra os produtores brasileiros".

Para o deputado estadual Zé Teixeira (DEM) pouco importa o leilão e o dinheiro arrecadado e sim que cada produtor conseguir defender sua propriedade. "Há anos os produtores gastam com as invasões. Se o banco tem um segurança na porta, por que a fazenda não pode ter? Esse leilão é um alerta para mostrar que o setor produtivo não vai esperar pelo poder público e precisa de segurança", fala.

"Não é o índio que invade e sim essas ONGs, essas organizações de esquerda, que querem desarticular o setor produtivo brasileiro", garante.

O senador Moka (PMDB) afirmou que o leilão é justo, porque ele é realizado com dinheiro dos produtores rurais e é conseguido com suor e trabalho dos mesmos. "Esses são recursos para a defesa das propriedades. Aqui no MS nós não temos terra grilada nem terra invadida. Nós temos terra produtiva", disse em discurso.

CONT.



O secretário de Habitação Marun (PMDB), um pouco mais contido nas declarações, disse que o leilão é uma maneira de o setor se expressar. "Essa é uma afronta ao estado de direito democrático". Eu não concordo 100% com tudo que está proposto, mas acredito que alguma coisa deva ser feita e a que se resistir a isso".

O ex-deputado estadual e pecuarista, Ricardo Bacha, foi citado várias vezes em muitos discursos mais calorosos, mas ele mesmo não quis se pronunciar. Sentado no canto, usando óculos escuros e um chapéu de palha, ele disse que não comentaria sobre o leilão e que só estava acompanhando o evento.

A fazenda Buriti, de sua propriedade em Sidrolândia, foi uma das primeiras ocupadas pelos indígenas que agora a chamam de Aldeia Buriti. Em torno dela há mais de 20 fazendas ocupadas.

Leilão com mordomias

O evento, muito bem organizado, contou com garçons servindo água, refrigerante e cerveja para os participantes que estavam dentro do local. Quem preferiu ficar lá fora, podia ver os discursos e o leilão embaixo de uma tenda montada com dois televisores e vários climatizadores. No período da noite serão vendidos espetinhos com mandioca por R\$10, para quem ficar até o final.

Para o produtor rural de São Gabriel do Oeste, Laner da Costa Nunes, 32 anos, os pecuaristas do estado tinham que ser mais unidos. "Eu acho que deveria acontecer uma greve, onde nenhum produtor vende mais nada. Ai eu queria ver", questiona. Mesmo assim, ele aprova a iniciativa do leilão e estava esperando para comprar alguma coisa "Vamos ver, se eu achar alguma coisa que me interessa eu compro".

Abelir Lima da Silva, de 40 anos, produtor de leite no município de Tacuru, compareceu por conta do apoio dos políticos em relação a causa dos produtores rurais. "Eu mesmo não vou comprar nada, mas eu vim para apoiar os outros e porque eu acho importante participar", fala.

A produtora Ini Pereira Vieira, de 40 anos, também do município de Tacuru espera que a iniciativa do leilão não termine agora. "Nós precisamos mostrar que nós somos e não podemos aceitar essas invasões as nossas terras. Todos precisamos nos unir e apoiar os amigos em situação difícil. Somos nós que movemos esse país" garante.

O governador André Puccinelli (PMDB) não compareceu. Dos parlamentares de Mato Grosso do Sul estavam presentes o senador Waldemir Moka (PMDB); os deputados federais Luiz Henrique Mandetta (DEM), Reinaldo Azambuja (PSDB) e Fábio Trad (PMDB); os deputados estaduais Mara Caseiro (PTdoB), Márcio Fernandes (PTdoB), Jerson Domingos (PMDB), Junior Mochi (PMDB). Zé Teixeira (DEM) e Márcio Monteiro (PSDB), além do ex-prefeito de Campo Grande e secretário estadual Nelsinho Trad.

Aliança?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

A presença do deputado federal Reinaldo Azambuja abre a perspectiva de questionamento entre os petistas. O ex-governador e vereador Zeca do PT antecipou que a presença de Azambuja no leilão mostraria a distância entre o que prega o PT e o PSDB. Zeca e outras lideranças do PT são contra a aliança com os tucanos, cujo projeto contemplaria a candidatura de Azambuja ao senado na chapa do senador Delcídio Amaral, pré-candidato do PT ao governo.

O senador Delcídio Amaral e o deputado federal Vander Loubet, defensores da aliança com o PSDB, não compareceram.

Comunidades da Jaguará e Palmital são reconhecidas como Quilombos

SÍTIO VANUFS, 08.12.2013



As comunidades Jaguará e Palmital são agora, oficialmente, comunidades quilombolas. Elas receberam no dia 24 de novembro, a certificação oficial da fundação Palmares, e foram intituladas Quilombolas em publicação no Diário Oficial da União. Situadas no município de Nazareno, as comunidades somam cerca de 210 moradores que agora terão mais direitos e sua identidade reconhecida.

A certificação aconteceu durante a visita de professores e alunos da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e contou com a presença da assistente social de São João del-

Rei, Merelane Emanuele Cardoso; o prefeito de Nazareno, João Caetano Leite; a secretária de cultura da cidade, Betânia Oliveira e Venerando Gualberto, secretário de Obras de Nazareno, que até então era responsável pela administração dos quilombos.

O fato teve colaboração importante do projeto "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira: Curso de Educação Continuada para Professores de Ensino Médio, Fundamental e Extensão nas Comunidades Quilombolas", criado pelo professor do Departamento de Ciências Sociais (Decis) da UFSJ, Manuel Jauará. Desde 2003 o projeto trabalha a memória cultural das comunidades e busca melhorias para as pessoas que vivem nelas. Para Jauará, o reconhecimento é uma grande conquista. "Essa é uma etapa que nós construímos junto à comunidade. A próxima será organizar o funcionamento da Associação Quilombola" conta.

Para decidir as novas diretrizes, foi convocada uma Assembleia Geral para eleger os líderes comunitários e definir as prioridades, como saneamento e saúde, ainda precários na região. Além disso, enfatizou-se a importância de resgatar a memória cultural local para maior consolidação do grupo como quilombo.

Integrante do projeto e moradora da região, a adolescente Valéria se diz orgulhosa do acontecimento. "Antes tínhamos vergonha de morar em um lugar sem identidade, as futuras gerações não vão precisar sentir o mesmo" diz satisfeita.

VAN/Mayara Mateus
Foto: Mayara Mateus



Emap investe em inclusão digital para comunidades quilombolas do Cujupe

SÍTIO JORNAL PEQUENO, 08.12.2013

Cerca de 150 crianças do Polo Comunitário Desenvolvimento Sustentável do Cujupe, em Alcântara, receberão um grande presente de Natal, dia 10 deste mês. Elas fazem parte do projeto de Responsabilidade Social da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), que entregará a sala de inclusão digital com um cronograma de cursos a serem ministrados pelos voluntários de informática da organização.

Investir em inclusão digital com o objetivo de melhorar as condições de vida das comunidades é uma das diretrizes sustentáveis da Emap. A sala de informática beneficiará aproximadamente 150 crianças na faixa etária de 4 a 12 anos. Todas são de comunidades remanescentes de quilombos (Tigua, Macacos, São Raimundo e Centro Alegre) e vizinhas do Terminal de Passageiros do Cujupe, administrado pela Emap.

'A maioria dessas crianças nunca teve contato com computadores', explicou Diogo Costa, da Responsabilidade Social da Emap. Cursos de Excel, Power Point, Word, entre outros, serão ministrados pelo voluntariado Emap, que inclui tanto funcionários da Gerência de Tecnologia da Informação como de outros setores.

Paralelamente à entrega da sala de inclusão digital, o Voluntariado Emap desenvolve a programação do Natal Solidário. A proposta é um dia de muita brincadeira e descontração com a criançada do Polo Comunitário Desenvolvimento Sustentável, a exemplo do que acontece nos últimos anos.

A programação começa com a inauguração da sala de informática, segue com as oficinas de desenho, contador de história infantil, pintura, torneio de futebol e finaliza com a distribuição de brinquedos.

Projeto Arte Guarimã – O Polo Comunitário de Desenvolvimento Sustentável do Cujupe é o projeto pioneiro da Emap em Responsabilidade Social. Recentemente cerca de 30 moradores da região foram capacitados na oficina tecelagem em fibra natural. A qualificação que envolveu empreendedorismo, comercialização, relacionamento interpessoal e resultou no lançamento da marca 'Arte Guarimã', Artesanato Sustentável.

Os produtos com essa identidade indicam que foram produzidos por artesãos do polo do Cujupe e que utilizaram fibra de bananeira, guarimã, palha de babaçu e sacos de cimento reaproveitados.



Novos Quilombos

SÍTIO ZECA SOARES, 08.12.2013

A prefeitura de Codó iniciou, na última sexta-feira (06), as obras de construção de um açude na comunidade Centro do Expedito, localizada na zona rural do município. A barragem será destinada à captação e armazenamento de água para viabilizar a execução do Projeto Novos Quilombos, que tem por objetivo aumentar a capacidade produtiva de agricultores familiares em três comunidades de origem quilombola.

Em 2012, a Prefeitura Municipal de Codó, em parceria com a Plan Internacional, venceu concurso nacional previsto em edital lançado pela União Europeia. Estados e municípios de todo o Brasil concorreram. O projeto Novos Quilombos venceu a disputa, para levar desenvolvimento autossustentável às comunidades rurais quilombola de Santo Antônio dos Pretos, Barro Vermelho e Centro do Expedito.

O secretário municipal de agricultura, Cordeiro Oliveira, explicou que a construção do açude no Centro do Expedito é apenas o primeiro passo para a consolidação do projeto e será seguido pela construção de sistemas de abastecimento de água nos povoados Barro Vermelho e Santo Antônio dos Pretos. "A construção da barragem é a contrapartida do governo municipal para esse projeto de agricultura irrigada em três de nossas comunidades quilombolas mais tradicionais. Estamos realizando estudos para avaliar qual será a melhor alternativa de abastecimento para as outras duas comunidades contempladas com o projeto".

O secretário ainda informou que além de servir como fonte para o crescimento da produção agrícola das comunidades, o açude também poderá ser destinado ao fortalecimento da piscicultura como atividade econômica na região. "Além da construção, o governo disponibilizará assistência técnica e capacitação aos moradores, para que eles produzam mais e melhor e administrem o negócio".

Mudanças na economia

O Projeto Novos Quilombos irá beneficiar o agricultor familiar, garantindo maior produtividade e aumentando sua renda. Mas, na outra ponta do processo econômico, é o consumidor que irá sentir os efeitos da mudança. De acordo com a presidente da Associação de Produtores do Centro do Expedito, Raimunda Sousa, a agricultura irrigada impulsiona os ganhos de produtividade, garante produção o ano todo e reduz significativamente o custo ao consumidor final. "Podemos produzir aqui mesmo em Codó e vender a um custo muito menor os gêneros que estamos acostumados a importar de outros estados a preços mais elevados".

Para o Prefeito de Codó, Zito Rolim, o projeto Novos Quilombos poderá se tornar um marco na economia da região, uma vez que o volume e a qualidade da produção irrigada tende a ser maior do que a obtida com os produtos da agricultura tradicional, sujeita ao regime das chuvas. "Com resultado alcançado em grande medida pelo uso de técnicas de irrigação nas



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

culturas com maior volume de produção, aumentaremos a renda do agricultor familiar e iremos garantir o fornecimento o ano todo, nos tornando independentes da sazonalidade, do alto custo do frete e de intermediários. Tudo isso fará com que a dona de casa sinta o benefício no bolso”.

Coordenador do Projeto

Por meio de um criterioso processo seletivo, a Prefeitura Municipal de Codó e a Plan Internacional Brasil contrataram esta semana o Coordenador Geral do Projeto Novos Quilombos, o engenheiro agrônomo Rafael Rocha. Rafael foi o escolhido, entre centenas de candidatos, para atender às demandas técnicas do trabalho e assumir os desafios de um projeto que tem como parceiros a Prefeitura Municipal de Codó, a Plan Internacional Brasil e a União Europeia. Formado pela Universidade Estadual do Maranhão, o coordenador do Novos Quilombos possui um extenso currículo e mestrado em Agroecologia, requisitos imprescindíveis para quem estará à frente de um projeto de desenvolvimento autossustentável no campo.

Ricardo entrega benefícios para 300 famílias quilombolas

SÍTIO PARLAMENTO PB, 08.12.2013



Quase 300 famílias que fazem parte de comunidades quilombolas na cidade de Areia, no Brejo Paraibano, foram beneficiadas com a ampliação e reforma de uma unidade de beneficiamento de alimentos e com outra unidade para a criação de aves, entregues pelo governador Ricardo Coutinho e pelo vice-governador Rômulo Gouveia, na tarde deste sábado (7). Os investimentos, oriundos do Projeto Cooperar, representam um montante de aproximadamente R\$ 300 mil.

Durante o evento, o governador Ricardo Coutinho lembrou que fez parte dos movimentos sociais, e que as lutas dos povos quilombolas fazem parte do planejamento do Governo do Estado para redução da desigualdade. "Somos um Estado que ainda tem profundas desigualdades sociais, onde as políticas sempre foram eleitorais e não públicas, principalmente para os quilombolas, e por isso queremos quebrar estes grilhões, libertar este povo que nunca teve participação política e precisa ser incluído no desenvolvimento social e econômico da Paraíba", disse.

A secretária de Desenvolvimento Humano, Cida Ramos, destacou a importância da unidade de beneficiamento, especialmente para as mulheres da comunidade. "Esta é uma ação de inclusão produtiva, onde, além da reforma, estamos oferecendo cursos de qualificação para utilizar melhor as frutas e o resto da produção, gerando produtos de qualidade, de fácil comercialização", explicou. Ela lembrou ainda que o Governo do Estado promove outras ações nas comunidades quilombolas, como o Programa Cidadão, emitindo documentos de identidade e de registro civil, e a doação de máquinas de costura para trabalhadores destas comunidades, criando uma ação comunitária produtiva.

CONT.



Para o presidente da cooperativa dos quilombolas, Geraldo Gomes, o investimento na produção de aves, que produzirá até 300 quilos de carne por mês, trará desenvolvimento para as famílias que participam da atividade. Já uma das agricultoras cooperadas que trabalha no beneficiamento de frutas, Ivonete Faustino, conta que o recurso dá asas a voos maiores para a comunidade quilombola.

“A meta é colocar nossa produção à venda no comércio local, coisa que não conseguiríamos sem este investimento. Nós vivíamos em casa, sem ter o que fazer, e agora temos uma atividade lucrativa. Queríamos produzir, mas não tínhamos como, até este recurso ser liberado”, contou Ivonete. Um grupo de 13 mulheres e dois homens produzem doces, geleias, sucos, licores e bolos, além de farinha, que são vendidos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

O coordenador estadual do Cooperar-PB, Roberto Vital, disse que a pretensão de crescimento é justificada, já que a comunidade é recente e ainda está em processo de adequação. “É natural que nesta fase do processo de manejo cheguem as estruturas, os equipamentos e os investimentos necessários para o resgate da dívida social que temos com os povos quilombolas”, comentou.

A Associação da Comunidade Negra do Bonfim recebeu recursos na ordem de R\$ 126.748,15 para o apoio à avicultura, beneficiando 18 famílias. Já as comunidades de Impueirinha e Grutão terão 74 famílias beneficiadas com uma unidade de beneficiamento de farinha com um investimento total de R\$ 88.315,00. As 200 famílias das comunidades de Chã de Jardim, Emanuel Joaquim, Gruta de Cobra, Macacos, Mazagão, Santana, Tabuleiro de Muquém e Tanque Comprido, que fazem parte da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade da Chã Jardim, terão uma unidade de produção de polpa de frutas no valor de R\$ 62.612,16.

As próximas comunidades quilombolas que serão beneficiadas com os recursos devem ser as de Matão, Matias e Fonseca, com a instalação de galinheiros rústicos para produção administrada pelas mulheres da comunidade. A obra deve ser concluída até o ano que vem.

Já as 11 comunidades indígenas de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto receberam incentivos para a produção básica de criação de aves e horticultura. Os moradores foram capacitados com cursos de manejo de práticas agroecológicas e com a construção de galpões. O projeto tem conclusão prevista para 2014.

SP quer ampliar participação de negros, pardos e indígenas no serviço público
SÍTIO PORTAL OESTE SOM, 08.12.2013

Programa Estadual de Inclusão dará pontuação acrescida a estas populações nas provas de concursos



SP quer ampliar participação de negros, pardos e indígenas no serviço público

Aumentar a participação de negros, pardos e indígenas no serviço público estadual. Este é o objetivo do Programa Estadual de Inclusão para os concursos públicos do Poder Executivo, criado pelo Governo de São Paulo. A maneira encontrada para acelerar este processo é oferecer um sistema de pontuação acrescida favorável aos que se autodeclararem pertencentes a algum destes grupos.

"É meritocracia, precisa fazer prova. O que você estabelece é uma pontuação acrescida, então não entra sem prova, tem que ter mérito", explica o governador Geraldo Alckmin ao afirmar que a ação afirmativa não funcionará no mesmo molde de cotas.

A meta do programa é instituir para cada concurso uma participação de 35% no caso de pretos e pardos e 0,19% de indígenas. Os números são correspondentes à proporção destes grupos apontada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Estado. "Percebemos que dentro dos concursos, dentro do quadro do funcionalismo do Estado de São Paulo, ainda há essa disparidade com os números da população. Se nós temos 35% de negros na população, eles deveriam estar representados dentro dos nossos concursos", comenta a secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa de Sousa Arruda.

A meta será revisada periodicamente, em um prazo de cinco anos, pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. "A cada cinco anos, vamos de acordo com o IBGE estabelecer qual é a população indígena e qual é a população de pretos e pardos no Estado de São Paulo. Estas são as metas que serão atingidas. Há casos que nem há necessidade, em que já temos até um percentual maior [de negros, pardos e indígenas no serviço público] do que a população", diz Alckmin.

Dependendo da categoria de funcionários públicos, é possível que não seja necessária a pontuação acrescida - no caso de o quadro de profissionais já conter mais de 35% de negros. Se for constatada falsidade na autodeclaração, o candidato será eliminado do concurso.



Incra entrega títulos definitivos para comunidades quilombolas sergipanas
SÍTIO CEDEFES, 09.12.2013

Menos de 24 horas depois de a presidenta Dilma Roussef ter garantido, em cerimônia no Palácio do Planalto, a regularização fundiária de territórios quilombolas, duas comunidades já receberam seus títulos definitivos: Lagoa do Campinho, no município de Amparo do São Francisco, e Mocambo, em Porto da Folha, ambas no estado de Sergipe.

Os títulos foram assinados pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Mário Guedes, em seu gabinete, com a presença da secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais (Secomt) da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), Silvany Euclênio, e de representantes das comunidades contempladas, Tereza Cristina Santos Martins (Campinho) e Apolinário Acácio dos Santos (Mocambo), entre outras lideranças quilombolas.

Esse foi o início dos desdobramentos das ações da quinta-feira, 5, quando a presidenta assinou Decretos de Declaração de Interesse Social para fins de desapropriação de territórios de dez comunidades quilombolas em sete estados, beneficiando cerca de 750 famílias com 13,9 mil hectares.

A representante da Seppir/PR, Silvany Euclênio acredita que o conjunto de acontecimentos em torno dos processos de regularização dos territórios quilombolas vai propiciar uma nova estratégia para a implementação do Plano Brasil Quilombola. "As ações do movimento, combinadas com os atos do governo dinamizam a agenda quilombola com a aceleração dos diálogos", declarou a secretária.

Legitimidade - O presidente Carlos Guedes declarou que a regularização fundiária dos territórios quilombolas é um processo de afirmação e reconstrução dos diálogos francos do Incra com seus parceiros. "O que está acontecendo é que estamos abrindo uma agenda de estreitamento com a legitimidade. E por isso estamos na mesma luta da Seppir, do Ministério do Meio Ambiente, da Fundação Palmares, para construir o caminho, a preservação ambiental e a valorização do território", declarou Guedes.

O presidente agradeceu à secretária da Secomt e especialmente "a confiança da Seppir" na atividade do Incra, além de elogiar o modelo de política pública representado pelo que chamou de "brilhante trabalho que é o Plano Brasil Quilombola".

Avanço - Jhonny de Jesus Martins, Coordenador Nacional da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), disse que houve um avanço no diálogo. "Temos convicção de que sozinhos não vamos resolver. Por isso, foi muito importante a presidenta chamar para si a responsabilidade de conduzir esse processo todo pelo governo, pois a culpa do que vem acontecendo até agora não é nossa", frisou Martins, que conceituou como "afirmativa" a fala da ministra Luiza Bairros na solenidade de ontem, no Palácio do Planalto.

CONT.



Por sua vez, Tereza Cristina Martins da Comunidade Lagoa do Campinho, disse que “o momento é de agradecer”. Mas alertou para o fato de que “a titularidade não é tudo”. A quilombola chamou a atenção para a importância do incentivo à atividade produtiva, dizendo que “é preciso lançar um olhar especial ao crédito, associado à assistência técnica”.

Mandela - A secretária da Secomt finalizou sua fala homenageando o ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, falecido ontem após longo período de internamento. “Não devemos chorar nem sentir dor diante da morte de alguém que cumpriu bem suas tarefas na vida”, declarou Euclênio, ao pedir uma salva de palmas para o líder sul-africano mais importante na luta contra o racismo em todo o mundo.

Avanços

A solenidade de assinatura do conjunto de atos e medidas do Governo Federal que marcam o avanço na implementação de ações no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ), ocorreu ontem, 06 de dezembro, no Palácio do Planalto, sob a direção da presidenta Dilma Rousseff. O ato reuniu lideranças quilombolas, a ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial), os ministros Pepe Vargas, Desenvolvimento Agrário (MDA), e Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

PBQ - Coordenado pela Seppir, que atua em parceria com 11 ministérios, o Programa Brasil Quilombola foi lançado em 2004, com o objetivo de consolidar os marcos das políticas de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento, foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades a partir dos eixos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direito e cidadania.

Fonte: SEPPIR



Carta aberta do Conselho Terena

SÍTIO CEDEFES, 09.12.2013

Carta aberta do Conselho Terena

HÁNAITI HO'ÚNEVO TÊRENOE

Conselho do Povo Terena

Nós, lideranças Terena representantes de nossas comunidades, vimos a público denunciar e repudiar o "agrobandidismo" que impera no estado do Mato Grosso do Sul - e conta com o silêncio e conivência do Estado brasileiro.

O Conselho do Povo Terena e Conselho Aty Guasu Guarani e Kaiowá insurgiram-se contra o "Leilão da Resistência" e conseguimos uma liminar favorável que suspendeu este instrumento financiador do genocídio. No entanto, a Famasul e Acrissul, valendo-se de manobra processual sórdida, conseguiram, no calar da noite, uma decisão liberando o leilão.

Primeiramente, é no mínimo estranho que a Acrissul e Famasul, diante de uma decisão suspendendo o leilão, não terem recorrido ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região para reverter a decisão. Para nós, é notório que houve pressão das elites ruralistas sobre os magistrados de primeira instância de Mato Grosso do Sul.

A curta vitória da suspensão do leilão foi histórica. Pela primeira vez, os povos indígenas de Mato Grosso do sul foram para o embate jurídico direto por meio de advogados constituídos para isso, com fundamento no artigo 232 da Constituição Federal, que garante que os indígenas e suas organizações possam, em nome e direito próprio, defenderem seus direitos na Justiça.

Resolvemos não esperar pelo Ministério Público Federal (MPF), Funai ou ONGs, como esperavam os ruralistas. Entramos nesse embate decididos a não assistir mais de braços cruzados as atrocidades cometidas pelos "coronéis" e "famílias elitistas" que se consideram os donos deste estado.

Repudiamos o "agrobandidismo" que impera no Mato Grosso do Sul!

Nosso estado registra o maior índice de lideranças indígenas mortas em contexto de conflito fundiário. Na maioria dos casos, há envolvimento direto das ditas empresas de segurança privada (estas que os ruralistas pretendem financiar com o dinheiro do leilão) ou serviço de pistolagem ilegal. Citamos alguns de nossos mortos:

CONT.



- Cacique Marcos Veron, 72 anos, assassinado em 13.01.2003 (Ação Penal no 2003.60.02.000374-2, 1ª Vara Federal de Dourados, MS);
- Dorival Benites, 36 anos, assassinado em 26.06.2005 (Ação Penal no 2005.60.06.000984-3, 1ª Vara Federal de Naviraí – MS);
- Dorvalino Rocha, 39 anos, assassinado em 24.12.2005 (Ação Penal no 2006.60.05.000152-9, 1ª Vara Federal de Ponta Porã/MS);
- Xurite Lopes, 73 anos, assassinada em 09.01.2007 (2007.60.05.00157-1, na 1ª Vara Federal de Ponta Porã/MS);
- Ortiz Lopes, 46 anos, assassinado em 08.07.2007 (Inquérito Policial nº. 046/2007 na Polícia Civil de Coronel Sapucaia – MS);
- Oswaldo Lopes, assassinado em 29.05.2009;
- Genivaldo Vera e Rolindo Vera, assassinados em 29.10.2009 (Inquérito Policial nº. 181/2009. Polícia Federal de Naviraí);
- Teodoro Ricarde, assassinado em 27.09.2011;
- Nísio Gomes, assassinado em 18.11.2011 (Inquérito Policial nº. 0562/2011 PF/Ponta Porã).
- Oziel Gabriel, assassinado em 30/05/2013 – vítima da violência do estado.

A utilização de “milícias” para matar índio não é novidade nem invenção de nossas lideranças. Isto sempre existiu neste estado. A única diferença é que agora resolveram declarar isso publicamente.

Denunciamos o atentado de morte impetrado contra a liderança Paulino da aldeia Moreira. Paulino é liderança Terena e integrante do Conselho do Povo Terena. No dia que saiu decisão suspendendo o leilão, ele estava na Justiça Federal. No mesmo dia à noite, ele foi atacado em sua aldeia: homens encapuzados jogaram gasolina em Paulino. Ele conseguiu escapar, mas teve o seu carro incendiado. Hoje, dia 8 de dezembro, sua casa foi arrombada pelas pessoas que ainda querem dar cabo de sua vida.

Mas nós, lideranças indígenas, não iremos recuar!

O leilão ocorreu - mas sob condicionantes impostas pela Justiça Federal. A farra do agrobandidismo deve acabar neste estado. Não permitiremos que as ações dos ruralistas aconteçam com a convivência e tranquilidade que estão acostumados.

Repudiamos todos os parlamentares estaduais e federais que participaram e apoiam as ações criminosas, em especial Jerson Domingos, Luiz Mandetta, Fábio Trad, Zé Teixeira, Mara

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

Caseiro, Waldemir Moka, Reinaldo Azambuja, Paulo Cesar Quartiero, Ruben Figueiró, Luiz Carlos Heinze, Ronaldo Caiado e Kátia Abreu. As portas de nossas comunidades estarão fechadas para todos nas eleições do ano que vem!

Se a bancada Federal tivesse interesse em contribuir na solução do conflito, não apoiaria o leilão, mas fariam emendas federais para garantir recursos para o Fundo Estadual de Apoio à Regularização de Terras Indígenas (Fepati), criado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Conclamamos a sociedade civil para tomar lado nesta tragédia anunciada; para que se libertem dos mandos e desmandos dos coronéis deste estado e lutarmos juntos em busca do bem viver.

Não iremos recuar um palmo do território que retomamos!

É hora da retomada!

Povo Terena,

Povo que se levanta!

Conselho do Povo Terena, 08 de dezembro de 2013.

Fonte: Luiz Henrique Eloy

Indígenas isolados avisam militares sobre guerrilheiros e crimes na selva

SÍTIO G1, 09.12.2013

Alerta sobre o Sendero Luminoso provocou mobilização de tropas em 2012. Exército estimula entrada de indígenas nas tropas que protegem fronteiras.



Professor de comunidade indígena em Querari, na fronteira com a Colômbia, afirma que militares impedem o avanço de guerrilha em território brasileiro, mas diz que falta progresso ao povo (Foto: Tahiane Stochero/G1)

Em dezembro de 2012, informes enviados por tribos indígenas na região de Santa Rosa do Purus, na divisa do Acre com o Peru, alarmaram a cúpula do Exército brasileiro em Manaus. As mensagens, segundo o general Guilherme Theópilo, responsável pela logística militar na Amazônia, diziam que caminhonetes com suspeitos de integrar o Sendero Luminoso haviam entrado no Brasil.

"Havia informações da presença de pessoas uniformizadas e fardadas entrando e circulando na região, com suspeita de serem do Sendero Luminoso. Montamos uma grande operação, com deslocamento de tropas para lá, mas nada foi confirmado oficialmente", disse o general Eduardo Villas Boas, comandante militar na Amazônia.

Considerada uma das organizações terroristas de maior atuação na América Latina até 1990, quando seus principais líderes foram presos ou mortos, a guerrilha do Sendero Luminoso ressurgiu no Peru em 2012, envolvida com a produção de cocaína. Em agosto, o Exército do Peru matou dois chefes militares do grupo armado .

Em outro episódio, ocorrido há três anos, uma aldeia indígena na Cabeça do Cachorro, área próxima a São Gabriel da Cachoeira, na tríplice fronteira de Amazonas com a Colômbia e a Venezuela, enviou um alerta a militares com a suspeita de que 500 integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farcs) estavam no Brasil. Segundo o general Sergio Luiz Goulart Duarte, comandante de seis pelotões especiais de fronteira (PEF) no estado, foram enviados às pressas para a região carros blindados, aeronaves de combate e dezenas de soldados.

"Fizemos uma verdadeira operação de guerra para levar o efetivo para lá, mas nada foi encontrado. Eram apenas suspeitas. Nunca desperdiçamos a informação de um indígena, eles confiam na gente, são nossos olhos onde não estamos. Sempre que nos derem uma informação, iremos lá conferir. Eles precisam saber que sempre estaremos presentes quando precisarem, que podem contar conosco", disse Duarte.

CONT.

Aldeias informantes

Aldeias da região amazônica possuem rádios e enviam alertas e informes para a Fundação Nacional do Índio (Funai) e para os militares. Agentes da Funai fazem contatos diretos com os oficiais, repassando dados relevantes. Alguns dos 24 pelotões de fronteira estão em área indígena, como é o caso de Surucucu, localizado em terras da etnia yanomami na divisa de Roraima com a Venezuela, onde há, inclusive, indígenas incorporados como soldados.



Cabo da etnia yanomami serve como tradutor para tribo e guia na selva (Foto: Tahiane Stochero/G1)

Em março, a Hutukara Associação Yanomami na Amazônia, que reúne mais de 20 mil índios, anunciou a expansão do sistema de radiofonia nas aldeias para acelerar a comunicação em terras homologadas. "Recebemos muitas denúncias de garimpeiros que circulam ilegalmente em nossas terras", afirmou na ocasião o diretor da associação, Dário Vitório Kopenawa Yanomami, para quem o rádio possibilita o envio de dados aos órgãos públicos e também o pedido de ajuda em casos de problemas de saúde.

"Eu gosto do quartel e estou morando aqui onde é minha casa. Como yanomami, é bom saber atirar. Nós somos amigos, temos que defender

nossa terra. Yanomami não deixa minerador e nem madeireiro em nossa terra", diz o cabo Xaporita Yanomami, que incorporou no Exército em 2009 e serve como tradutor e guia na selva em Surucucu.

A tribo ainda usa poucas roupas – algumas mulheres e crianças ainda andam peladas ou com pequenos adereços – e não permitem que os brancos tirem fotos, por acreditar que os roubará a alma.

Toda vez que chega um avião da FAB ao local, eles se reúnem ao redor dos visitantes, tentando trocar flechas e cocares por sabonetes e arroz. A pista de Surucucu é uma das mais difíceis, dentre os 24 pelotões de fronteira, para os militares pousarem: fica em uma subida e possui um declive acentuado.

"A terra é dos índios yanomâmis. Militares só ajudam a gente a defender", afirma Xaporita, que diz que aprendeu a atirar e a fazer guerra durante o treinamento militar.

Em março e setembro, as Forças armadas fizeram operações, com apoio da Funai e da Polícia Federal, para prender mineradores e madeireiros que atuavam irregulares e também para destruir pistas de pouso ilegais usadas por garimpeiros na calha do rio Unaricoera, no município de Amajari. Uma delas era usada desde 2003 e só foi descoberta com apoio de indígenas.

CONT.



"A grande maioria do nosso soldado tem origem indígena e isso é diretriz do comando da Amazônia: ter parte do povo local trabalhando conosco. Eles recebem conceitos, são treinados e ficam até sete anos conosco, em condições de voltarem para as comunidades depois e trabalharem como multiplicadores de valores", diz o coronel Marco Machado, comandante do 8º Batalhão de Infantaria da Selva, responsável pela região de Tabatinga.

Pedido de 'progresso'

Na comunidade indígena de Querari, que tem cerca de 400 moradores e fica localizada a 15 minutos de voo de São Gabriel da Cachoeira, na divisa com a Colômbia, o professor Maurici Thales de Luna, de 42 anos, diz que o povo da etnia Kubeu aceita bem a presença militar na área, mas pede maior "progresso".

"Temos luz apenas algumas horas por dia, pegamos do gerador do quartel. A internet também usamos dos militares, e no fim de semana não dá, porque é proibido entrar lá. A escola está abandonada, porque falta apoio para recuperar. Precisamos de muita coisa aqui", afirma.

"Não queremos que os militares vão embora, não. Eles defendem nossas fronteiras e não temos mais notícias de guerrilheiros na região. Mas falta progresso para nós", completa o professor.

Já em Yauretê, tríplice fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela, a reclamação da população indígena de cerca de 7 mil pessoas é um hospital "fantasma". O prédio foi construído em 2002 e equipado, mas nunca recebeu médico, segundo Rosetti Borges Brandão, que administra a unidade.

"Temos macas, cadeiras para dentista, material cirúrgico, mas nada podemos fazer aqui. Nunca tivemos médicos nem enfermeiros. Tudo tem que ser levado para os militares ou organizações missionárias que apoiam a região", diz ela.

Os moradores pegam dias de viagem pelos rios até São Gabriel da Cachoeira, para serem atendidos no único hospital público da região, que é administrado pelo Exército desde 2013, segundo o coronel Roberto Albuquerque.

"Tivemos que assumir a unidade devido ao clamor popular. 75% dos atendimentos que fazemos aqui de emergência, como partos e cirurgias, é da população indígena. Tem grávida que vem de Yauretê de barco e chega aqui depois de três para morrer na nossa porta, enquanto já poderiam ter recebido um atendimento lá na região", afirma.

Problemas de relação

Mas nem sempre a convivência entre índios e soldados é pacífica. Neste ano, representantes da aldeia yanomami em Santa Isabel do Rio Negro, próximo a São Gabriel da Cachoeira, na tríplice fronteira com Colômbia e Venezuela, chegaram a ameaçar a tropa do pelotão de Maturacá, responsável pela área, caso não recebessem energia elétrica.

A base militar conta com uma pequena usina, que não está operando devido ao alto custo de manutenção, segundo o general Guilherme Theophilo, responsável pela logística das unidades

CONT.



de fronteira na Amazônia.

"Os índios derrubaram postes de iluminação que colocamos ao longo da região reivindicando para eles também. Ainda bem que nosso capitão que conversou com eles era alto", brinca o general, mostrando um vídeo em que os indígenas dizem que, se não tiverem luz, ninguém mais terá. "Quem tem que se preocupar com isso é o Estado, não sou eu. Índio também quer progresso", aponta o general.

O governo do Estado do Amazonas informou que "as regiões de fronteiras são controladas pelo governo federal, sendo que, no caso de áreas fronteiriças com presença de populações indígenas, o controle também é feito pelo governo federal, via Funai". Segundo o governo do Amazonas, apesar disso, o Estado, por meio da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), "realiza diversas ações de saúde e cidadania que beneficiam as comunidades indígenas do Alto Rio Negro". A Secretaria de Saúde do Estado e também a empresa Eletrobras Amazonas Energia não se pronunciaram até a publicação desta reportagem.

Índios fecham ponte e cobram pedágio em rodovia de MT

SÍTIO NORTÃO NOTÍCIAS, 09.12.2013



Motoristas que trafegam pela rodovia MT-170, no município de Juína, estão tendo que pagar pedágio para poder passar pela ponte sobre o rio Juruena. Consta que indígenas da etnia Enawênê Nawê bloquearam a passagem e estão cobrando para permitir que os veículos passem. O local foi bloqueado com paus, pedras e galhos de árvores.

Conforme o coordenador regional da Funai em Juína, Antonio Carlos, o mesmo teria sido informado que o movimento seria um protesto contra a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e reivindicando melhorias no PSF que

existe na aldeia.

O dinheiro arrecadado pelos índios (R\$ 50 para motocicletas e R\$ 100 para caminhonetes, caminhões e ônibus) seria destinado para a aquisição de remédios. A previsão inicial é que a cobrança seja realizada até o fim desta manhã (09).

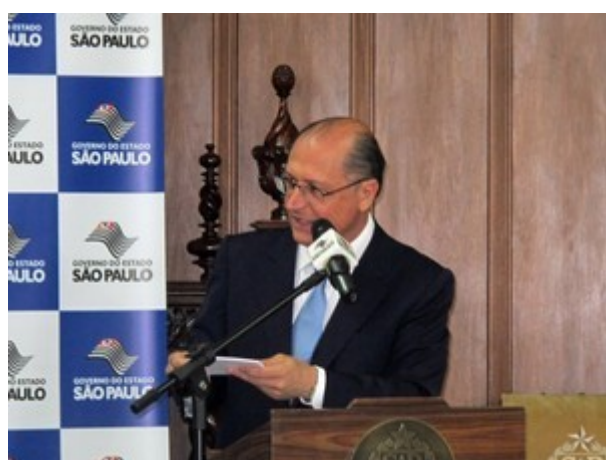
Ainda segundo o coordenador, ele teria tentado dialogar com as lideranças indígenas para que aguardassem esta semana a aquisição de medicamentos, mas não houve entendimento.

Em setembro do ano passado, os indígenas também haviam bloqueado a MT-170 e cobrado para permitir a passagem de veículos.

Da Redação

Governo de SP quer pontuação extra para negros e índios em concursos

SÍTIO VISÃO REGIONAL, 09.12.2013



Alckmin anuncia projeto de lei que dá pontuação extra para negros e índios em concursos
(Foto: Pâmela Kometani/G1)

O governador Geraldo Alckmin lançou nesta sexta-feira (6) um projeto de lei que institui pontuação extra para negros, pardos e índios em concursos públicos estaduais. A proposta será enviada até a próxima segunda (9) à Assembleia Legislativa, mas não há previsão de quando será votada.

A meta é que cada órgão do estado tenha 35% de servidores negros e pardos e 0,19% de indígenas em 5 anos. Atualmente, do total de 500 mil servidores públicos de SP, mais de 30% são negros. Mas alguns órgãos não atingem o percentual interno de 35%. "Foi feito um estudo por Secretaria e de modo geral essa compensação é necessária", afirmou a

secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, Eloisa de Sousa Arruda.

"A Fundação Casa, por exemplo, já ultrapassou esse índice, mas, na Procuradoria do Estado, ele não chega nem próximo", diz a secretária. "O objetivo é equilibrar." saiba mais

De acordo com o projeto, os candidatos que poderão se beneficiar com o sistema serão os que se autodeclararem negros, pardos ou índios. Em caso de fraude, o autor será excluído da seleção ou, caso tenha sido empossado, perderá o cargo.

A secretaria ainda não explicou como será o sistema de pontuação extra. Uma comissão será criada para definir os detalhes, mas Eloisa adianta que ele será similar ao que existe nas seleções para alunos das Etecs (escolas técnicas) e Fatecs (Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo). Nelas o Sistema de Pontuação Acrescida concede bônus de 3% a estudantes afrodescendentes e de 10% a oriundos da rede pública. Caso o aluno esteja nas duas situações, recebe 13% de bônus.

A comissão vai estudar se combinará a questão racial com a condição sócio-econômica dos candidatos nos concursos. A regra poderá não ser aplicada a todos as seleções, excluindo órgãos que já atingiram o percentual desejado pelo governo de servidores negros e índios.

Cotas para negros

CONT.



A decisão do governo de SP de aumentar o número de servidores negros e índios vai ao encontro de medidas já adotadas por outros estados. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul adotam a reserva de uma determinada porcentagem das vagas em seleções estaduais.

No RS, a lei prevê a reserva de 16% das vagas para negros, pardos e indígenas de todos os concursos da administração pública direta e indireta de todos os poderes do Estado. No PR são 10% para negros; no MS, 10% para negros e 3% para índios, e, no Rio de Janeiro, são 20% para negros e índios.

Há ainda um projeto de lei federal tramitando na Câmara Federal que prevê a reserva de 20% das vagas para candidatos negros nos concursos para a administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, como Petrobras, Caixa Econômica Federal, Correios e Banco do Brasil.

Questionado sobre as iniciativas do governo federal para inclusão, o governador afirmou que boas políticas públicas podem ser implementadas. "Ninguém tem o monopólio. Como muitas coisas que São Paulo faz, outros fazem também. As experiências são verificadas e o que dá certo continua". O governador ainda informou que foi São Paulo que introduziu as ações afirmativas em 2006, nas Fatecs e Etecs.

Pâmela Kometani
Do G1, em São Paulo



Dois índios morrem após 'duelo' por causa de mulher na aldeia Jaguapiru

SÍTIO TUDO DO MS, 09.12.2013

Dois homens morreram em um suposto duelo ocorrido na tarde ontem (7), em uma estrada que divide o limite da aldeia Jaguapiru, reserva indígena de Dourados, com o município de Itaporã.

De acordo com o site Dourados Agora, Josiel Figueiredo, 35 anos, e Alberto Medina, de 40 anos, teriam batalhado por uma mulher.

Cada um deles se armou com uma faca e entraram em luta. Josiel morreu no local ao ser ferido no peito, o adversário, Alberto, foi ferido no pescoço. Ele chegou a ser socorrido, mas não resistiu ao ferimento e morreu ao dar entrada no hospital.

À Polícia, testemunhas disseram que os dois indígenas tinham um briga antiga, por conta de uma mulher. O caso será investigado pela Polícia Civil do município.

As duas facas foram apreendidas.

Relatório Figueiredo revela que famílias tradicionais se apossaram de terras indígenas no MS

SÍTIO FATO NEWS, 09.12.2013

Depoimentos feitos em CPIs que funcionaram em 1955 e em 1962 indicavam que terras indígenas foram arrendadas ou vendidas com o aval do Estado.



O Relatório Figueiredo, produzido em 1967 e redescoberto recentemente, já descrevia detalhadamente os conflitos agrários em terras indígenas que atualmente são base da violência no campo registrada no Mato Grosso do Sul. O documento aponta que nas duas comissões parlamentares de inquérito, que funcionaram em 1955 e em 1963, terras indígenas eram arrendadas ou vendidas, com aval do Estado, responsável por emitir os títulos.

A primeira CPMI, em 1955, funcionou com o objetivo de anular a doação de terras feitas pelo governo do antigo Mato Grosso. A segunda, em 1962, tinha o objetivo de apurar irregularidades no extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Esse foi o contexto que motivou a expedição realizada pelo procurador Jader Figueiredo, que produziu o relato de 7 mil páginas que inclui o roubo de terras indígenas, tortura e extermínio de tribos inteiras no Brasil durante o período da ditadura militar.

“O que estamos vendo acontecer agora no Mato Grosso do Sul é reflexo do que foi feito pelo Estado sobre terras indígenas”, comentou o pesquisador Marcelo Zelic, coordenador do projeto Armazém Memória, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais. Foi Marcelo Zelic quem encontrou o Relatório Figueiredo no Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

CONT.



O documento, que se julgava ter sido destruído em um incêndio no Ministério da Agricultura, em junho de 1967, relata métodos cruéis de tortura praticados contra índios com o apoio do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão criado em 1910, quando várias frentes de expansão para o interior do País promoviam um verdadeiro massacre da população nativa que resistia ao chamado "avanço da civilização". A informação de que o documento não havia sido destruído foi revelada em abril, pelo jornal O Estado de Minas.

Loteamento

Para Zelic, o relatório contém um conjunto probatório sobre a espoliação de terras no Mato Grosso do Sul. Além dos depoimentos das CPIs, o relatório detalha também como famílias que se tornaram tradicionais no campo se apossaram de terras indígenas.

No caso da Colônia Tereza Cristina, por exemplo, o Relatório Figueiredo contém um mapa da área desenhado pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon no qual consta o nome das famílias que teriam ficado com cada pedaço de terra. Outro documento importante constante no relatório é o pedido feito pelo Estado do Mato Grosso em 1966 (portanto bem antes da divisão entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), para explorar a área "para efeito de colonização estadual e aproveitamento de manancial energético".



Exposição do fotógrafo Milton Guran retrata 16 etnias indígenas

SÍTIO AIB NEWS, 09.12.2013

A mostra Filhos da Terra fica aberta de terça-feira a domingo, das 12h às 19h, com entrada franca

O resultado de quase 20 anos de trabalho do antropólogo e fotógrafo Milton Guran pode ser visto até 19 de janeiro no Centro Cultural Correios. A exposição Filhos da Terra apresenta 50 fotografias em preto e branco, que retratam 16 diferentes etnias indígenas, da Amazônia ao Sul do país: Yanomami, Makuxi, Marubo, Matis, Kayapó, Kamayurá, Kuikuro, Yawalapiti, Arara, Xavante, Guarani, Kaingang, Pankararu, Jaminawa, Machineri e Suyá.

Na mostra, os povos indígenas são apresentados como representantes de uma cultura rica, que faz parte do que é ser brasileiro, e não como seres exóticos. "No Brasil, se falam mais de duzentas línguas indígenas. Cada uma corresponde a uma cultura diferente, a uma forma especial de se viver neste planeta. Algumas delas estão representadas aqui, através de observações, mensagens, testemunhos", destaca Milton Guran, que também assina a curadoria da exposição.

Antropólogo com doutorado na França, mestre em comunicação social pela Universidade de Brasília, Guran é atualmente professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi fotógrafo do Museu do Índio e, entre outras atividades, coordena a FotoRio, bienal de fotografia, idealizada por ele e que promove exposições de fotografia em diversos espaços culturais do Rio de Janeiro.

A mostra Filhos da Terra fica aberta de terça-feira a domingo, das 12h às 19h, com entrada franca. O Centro Cultural Correios fica na Rua Visconde de Itaboraí, 20, no centro da cidade.

Guerra Fria contra indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.12.2013



Deputados e Senadores brasileiros da Bancada Ruralista se posicionaram contra os indígenas e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ligada ao Ministério da Justiça, obviamente defendendo os interesses de quem financiou suas campanhas. Empresas como Bunge, Klabin, Associação Nacional de Armas e Munições financiam campanhas da Bancada Ruralista, pois seu comércio e suas mercadorias dependem de espaço, terras agricultáveis e conflitos para serem produzidos e vendidos.

Há uma década, o grande inimigo deste negócio se chamava Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e a imprensa-empresa dedicava tempo em seus horários mais nobres mostrando invasões a propriedades privadas, quando o MST estava apenas demonstrando ao mundo como é desigual a distribuição da terra no Brasil, com seus latifúndios e latifundiários que comandam a política desde à época do Brasil Império. Lula e o governo do PT buscou resolver o conflito fortalecendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e apoiando a regularização de terras, retirando das mãos de especuladores e latifundiários áreas que não utilizavam, mas que guardavam para investimentos futuros, e passando lotes para mãos de famílias de agricultores que não tinham terras. Hoje o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) funciona com a força dos assentamentos feitos pelo INCRA com apoio do MST.

Com as coalizões que o PT fez com PMDB, PSD, PP, PR, além de outros partidos para garantir a eleição de Dilma Rousseff, a oposição ficou mínima, apenas com um enfraquecido PSDB, o inoportuno DEM (ex-PFL) e monstregos recantos elitistas. Assim, o “inimigo” a ser combatido pela elite rural, latifundiária, de raiz gauchesca, foi ocupando espaço na sociedade nacional, deixando de ser marginalizado. A elite se viu ameaçada, sem “inimigos” para apontar o dedo e dizer: eleitores, é contra eles que buscamos proteger vocês. Eis que, então, surge o antigo inimigo do colonizador europeu, o indígena. Com estratégias eleitoreiras, a Bancada Ruralista e a elite nacional latifundiária, uniu seu grupo contra um inimigo comum: indígenas desarmados e famintos que aguardam a FUNAI ser fortalecida como o INCRA e ter o Art. 231 da Constituição Federal cumprido.

A imprensa-empresa, sempre à mando do dinheiro, começou a divulgar a campanha “Sou Agro”, em 2011, em que se buscou sensibilizar a sociedade nacional eleitora para a importância do agronegócio no Brasil. Em 2013, numa situação mais que calamitosa, os indígenas ocuparam o Congresso Nacional mostrando ao mundo sua força de união e

CONT.



resistência aos ataques ruralistas da elite latifundiária. Seguiu-se a isso o levante de manifestações que pararam o Brasil com reivindicações mil, sendo a mais forte, o Passe Livre.

Hoje temos, em qualquer canto do país, candidatos a Governador, Deputado, Senador e Presidente, posicionando-se como mediador em “conflitos” entre indígenas (leia-se FUNAI) e proprietários “atingidos por demarcação de terra”. O que há por trás desses discursos puramente eleitoreiros? O velho estilo de fazer política chegando ao seu limite.

Apontar um “inimigo” e colocar-se como o mediador, o salvador da pátria, foi comum nos tempos da Guerra Fria, em que os capitalistas acusavam os comunistas e vice-versa. Acabando a Guerra Fria, vieram os terroristas de Bush. No Brasil, por falta de quem acusar de “causador do conflito”, a estratégia de marketing voltou seus olhares aos indígenas. Todo político sabe que voto de índio não tem o mesmo lastro como agricultores. Por exemplo, uma família indígena tem votos de 4 pessoas que podem influenciar mais 4, e limita-se por aí, tendo em vista que são minoria. Uma família de agricultores com 4 pessoas pode expandir sua influência para toda uma cidade ou região, vencendo em números os votos indígenas. É matemática! Hoje para os políticos vale mais ficar ao lado do MST, que execravam antigamente, do que de indígenas e FUNAI.

Diante dessa situação, a FUNAI paralisou suas ações de demarcação de terras, à pedido do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, que foi pressionado pela Casa Civil de Gleisi Hoffmann e a Secretaria das Relações Institucionais de Ideli Salvati, claramente interessadas nas eleições para governador de 2014 no Paraná e Santa Catarina. Dilma Rousseff também interessada na reeleição, busca amenizar as polaridades, buscando a hegemonia nos apoios de outros partidos, deixando a elite isolada. Para isso, não quer bater muito forte no tema pois pode perder votos dos agricultores. Como resolver este problema?

A resolução é simples. Em 1850 foi assinada a Lei de Terras no Brasil, buscando organizar a colonização e passando a responsabilidade às províncias (hoje estados) na titulação. Regiões como o interior de Santa Catarina, Paraná e sul do Mato Grosso do Sul eram território paraguaio, que foi roubado pelo Brasil após a Guerra do Paraguai (1864 a 1870). Outras regiões com presença indígena passaram a ser disputadas por empresas de colonização que prometiam terrenos sem indígenas, titulados pelas províncias. Diante disso, quando a União, pela FUNAI e Ministério da Justiça declaram uma Terra Indígena, ela indeniza as benfeitorias ao proprietário, porém o valor pela terra deve ser pago pelo titular: os estados.

Rio Grande do Sul possui a Lei do FUNTERRA, que prevê recursos para indenização de proprietários. Santa Catarina tem o Art. 148-A da Constituição Estadual que também prevê indenizações. Mato Grosso do Sul criou uma lei similar. Porém os políticos, ao invés de afirmarem que os estados estão falidos e não possuem recursos para tal indenização (o que soaria mal para suas colizações partidárias), descobriram o “inimigo” indígena e apostam no conflito para angariar votos dos agricultores. Luiz Carlos Heinze e Alceu Moreira do RS, Valdir Colatto e Ronaldo Benedet de SC são exemplos destes eleitoreiros que atacam indígenas em nome de seus interesses eleitoreiros. Quais partidos eles são, pouca importa, pois os partidos como o deles se tornaram apenas portas de entrada no sistema eleitoral brasileiro.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

Os indígenas permanecem atualmente como os 513 anos que viveram com a colonização: resistindo à mais uma ofensiva. Buscam seus direitos e apoiam o fortalecimento da FUNAI e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) ligada ao Ministério da Saúde. Tentam demonstrar aos municípios e estados que são parceiros, que querem seus direitos respeitados e que as demarcações de terras não ocupariam mais de 1% dos territórios estaduais. Mas isto não tem adiantado, pois foram pegos como reféns de um sistema eleitoral eleitoreiro, num país em que partidos deixaram de lado seus ideais rendendo-se ao capital financiador de campanhas. O que resta aos indígenas? Continuar resistindo e mostrar aos eleitores cegos quem são os políticos deste país e a quem estes obedecem, denunciando a Guerra Fria à qual foram colocados pela elite ruralista e latifundiária, e resistir ao capitalismo que transformou a democracia em mercado, e votos em capital.

HOJE: Transmissão #DeOlhonosRuralistas 5, às 20h

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.12.2013



#DeOlhonosRuralistas: quinta transmissão, ao vivo, do programa de WebTV. Avisem os amigos!

Temas de hoje: o leilão dos ruralistas, no Mato Grosso do Sul. Cana na Amazônia. A morte do cacique Ambrósio. Turbina explode em usina e mata trabalhador rural em São Paulo. (E muito mais.)

O programa jornalístico, quinzenal, é um observatório do agronegócio e da política no Brasil. Análise de notícias e informações com ênfase nos impactos sociais e ambientais. O outro lado das notícias ruralistas.

O link será divulgado na página do evento, poucos minutos antes. Haverá também informações e interação pelo twitter: endereço @deolhonoagro, perfil DeOlhonosRuralistas. <https://twitter.com/deolhonoagro>

Nesta transmissão (ainda em fase beta) contaremos com a presença de dois convidados em nossa "bancada socioambiental":

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

-> Cilene Victor é consultora da Unesco na área de comunicação e percepção de riscos de desastres ambientais. Doutora em saúde pública, é professora dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da Cásper Líbero e diretora de redação da revista Com Ciência Ambiental.

-> Verena Glass é jornalista, com trajetória ligada à cobertura de temas sociais. Trabalhou na Agência Carta Maior e na equipe do Fórum Social Mundial. Foi pesquisadora na Repórter Brasil, coordenou a comunicação do Movimento Xingu Vivo para Sempre e coordena projetos do Brasil da Fundação Rosa Luxemburgo.

Apresentação: Alceu Castilho, jornalista e autor do livro "Partido da Terra, como os políticos conquistam o território brasileiro" (Editora Contexto, 2012).

Transmissão e fotos: Jorge L Campos/ Socionautas

Produção: Movimento Brasil pelas Florestas

Casa de Paulino Terena é arrombada em Miranda (MS), por Ruy Sposati

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.12.2013



Três dias após terem ateado fogo em seu carro, a casa de Paulino Terena, foi arrombada, neste domingo, 8, na aldeia Moreira, no município de Miranda (MS). O indígena é liderança da retomada do território reivindicado como Pillad Rebuá, em conflito com fazendeiros da região. No sábado, 7, Paulino deixou o Mato Grosso do Sul e está sob os cuidados do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

"A gente não sabe o horário, que aconteceu, ninguém viu nada. A casa amanheceu arrombada", explica o guerreiro Edno Terena. "O Paulino já não está mais aqui. Não sabemos se estavam atrás dele ou de algum documento... Os papéis na casa dele estavam todos bagunçados, documentos dele e sobre a nossa terra indígena".

Na madrugada do dia 5, quatro homens encapuzados atearam fogo no carro de Paulino. Ele estava dentro do

carro e teve algumas lesões, mas passa bem. O carro foi completamente incinerado.

Paulino denunciou à Polícia, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério Público Federal (MPF) as sucessivas ameaças de morte que vinha recebendo. No último mês, durante a 4a. Assembleia do Povo Terena, a comunidade de Pillad entregou uma carta ao Conselho Terena, relatando que "[fazendeiros] querem a cabeça dele [Paulino] como troféu".



Impasse entre índios e agricultores em discussão

SÍTIO RÁDIO ALIANÇA, 09.12.2013

Encontro com o ministro José Eduardo Cardoso promete buscar solução para insegurança jurídica entre agricultores e índios, no Oeste catarinense.

A questão indígena de Santa Catarina será discutida nesta segunda-feira, em Florianópolis. O governador Raimundo Colombo vai receber o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, representantes do Ministério Público Federal, agricultores e lideranças indígenas, na sede da Associação Catarinense de Medicina. O objetivo é discutir todas as pendências que envolvam as principais comunidades indígenas do estado. Dentre elas está o Toldo Pinhal, que abrange as cidades de Seara, Paial e Arvoredo.

O governador Raimundo Colombo explica que essa questão envolve diretamente o Governo Federal, mas Santa Catarina possui várias situações em que os agricultores estão vivenciando uma insegurança jurídica em função das ampliações de reservas indígenas. Para Colombo, isso faz com que o Estado tenha interesse de estar envolvido nessa questão. Finaliza que uma ação recente nesse sentido diz respeito a compra de uma área de terra, onde será instalada uma tribo indígena, no Oeste.



Martírio: um filme que o Brasil precisa ver

SÍTIO CEDEFES, 09.12.2013

Organização Vídeo nas Aldeias promove financiamento coletivo para realizar filme sobre a luta por sobrevivência dos povos Guarani e Kaiowa

A história dos povos indígenas guarani e kaiowa no Mato Grosso do Sul tem ganhado ares dramáticos nos últimos anos, apesar de ser um longo sofrimento o contato desses povos com a sociedade nacional, especialmente as frente do agribusiness que se instalaram lá a partir do final dos anos 1970 e 1980. Com a chegada da monocultura da soja e da cana, sobrepostas à pecuária, a convivências dos índios com os fazendeiros se tornou um filme de terror. Lideranças são assassinadas anualmente, de forma sistemática. E o último caso que provocou revoltas nas redes sociais foi a invasão dos fazendeiros à sede da FUNAI, quando uma senhora grita: "Morram todos". Para essa ameaça, os índios já deram resposta em carta que provocou comoção ano passado: "Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação/extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar nossos corpos"

Há um processo de genocídio em curso no Brasil. Em nenhum lugar do mundo tantos indígenas são assassinados, por conflito ecológico por acesso a terras e recursos, como no Mato Grosso do Sul. A luta pela sobrevivência se tornou um martírio. "Martírio" é, também, o título de um filme que o projeto Vídeos nas Aldeias, dirigido pelo indigenista Vincent Carelli, lançou recentemente para um projeto de financiamento coletivo.

O projeto se insere nesse seguinte contexto:

Os Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul vivem um cotidiano de guerra civil. São o lado frágil de um conflito que vem se arrastando por décadas, e que tem no início do processo de construção da política indigenista brasileira sua origem. Nos últimos dez anos, as degradantes condições de vida e o confronto entre índios e grandes proprietários de terra se acentuaram de tal forma que a taxa de assassinatos de Kaiowás, somente na reserva indígena de Dourados, ultrapassa a de países em guerra e é 495% maior que a média brasileira. Associado a essa paisagem de violência, está o massacrante lobby ruralista, em defesa da manutenção dos grandes latifúndios, incorporado pela mídia e promovido por seus representantes no Congresso Nacional e por autoridades do governo. Tentando minar os direitos garantidos aos índios pela Constituição Federal, disseminam um discurso racista, anti-indígena, e fazem deste um embate de forças cada vez mais desiguais.

Carelli dirigiu o premiado Corumbiara, que pode ser assistido no youtube. Corumbiara é um filme realizado ao longo de mais de duas décadas, onde o Carelli acompanhou o trabalho de Marcelo dos Santos e sertanistas da Funai para investigar o genocídio de três povos indígenas em Rondônia, os Akuntsu, os Kanoe e o mistério do "índio do buraco", último sobrevivente de

CONT.



seu povo. Ele filmou as evidências do genocídio, as expedições para encontrar os índios, o primeiro contato com esses povos, e depois ainda quem teria cometido o crime, que continua impune.

Trata-se de um soco no estômago que deveria ser amplamente visto no Brasil. Um filme extraordinário. Pessoalmente, para mim, foi um trabalho muito influente. Não apenas pela qualidade do filme, mas em razão de todo processo de sua realização, a importância de acompanhar uma história ao longo de muitos anos, sem nunca esquecer os dramas vividos para poder contar. Conheci Carelli antes dele terminar o filme, quando estive em Rondônia em uma expedição nessa região, enquanto eu trabalhava na Funai. A dedicação do diretor, que é também indigenista, em se entregar inteiramente para poder mostrar essa história para o Brasil é um ato admirável, e que merece servir de estímulo para quem está começando, estímulo a se engajar em contar ao Brasil sobre que o Brasil que os brasileiros insistem em não querer saber, em não querer encarar a dura realidade para transformá-la.

Martírio será um filme que segue essa perspectiva de Carelli, que destoa-se um pouco dos filmes sobre o caráter mais cultural (e político), da produção do Vídeo nas Aldeias. Segue a perspectiva pois é um filme que incomoda Carelli, perturba. Um filme que há necessidade de ser realizado.

Tonico Benites, o consultor do filme, é um grande intelectual kaiowa, antropólogo doutorando em Antropologia pelo prestigioso Museu Nacional (UFRJ) e professor da UFGD. Uma vez fiz uma entrevista com ele, durante reunião da Aty Guasu, após o assassinato do líder Nísio Gomes, ocorrido exatos dois anos atrás, em novembro de 2011, onde Tonico dizia que "o que vai resolver o conflito no Mato Grosso do Sul, é o diálogo". O problema, o desafio, é convencer o governo, federal e estadual, da necessidade de atenção para os conflitos na região, e convencer alguns brutos fazendeiros a aprenderem a dialogar sem armas ou sem capangas.

Segundo os organizadores, a razão para o financiamento independente é "a tomada de posição e colaboração da sociedade civil como atos de resistência". O Valor a ser captado será de R\$80 mil, equivalente a metade do orçamento, pois o Vídeo nas Aldeias já adiantou R\$ 90 mil para captação de imagens.

Já não é sem tempo de a sociedade civil no Brasil financiar a produção de sua memória. Não será uma lei de incentivos, com patrocínio de grandes empresas do agronegócio, que irão fazer isso. Também não cabe delegar a outros países pedidos de doações. Martírio é um filme que merece ser custeado por quem quer registrar a resistência indígena ao genocídio em curso. Para que se chegue ao fim desse processo violento.

Conversei com Vincent Carelli sobre o projeto. A entrevista segue abaixo. E doe 50 reais para que Martírio seja realizado.

CartaCapital Por que um financiamento coletivo para realizar um filme sobre os guarani e kaiowa?

CONT.



Vincent Carelli Essa é minha primeira experiência na área do crowdfunding, foi a nossa única saída. Depois do desmonte da política revolucionária do Gil e Juca no Ministério da Cultura ficamos com o varejo dos editais de companhias, que certamente não vão financiar um filme como esse. Começamos por conta, mas já gastamos muito e acabaram-se nossos recursos e ainda tem muito trabalho pela frente. E não é só o filme "Martírio", a proposta é equipar os acampamentos em situação de risco e permanente ameaça, para que eles possam revelar para o Brasil o que eles estão passando. Agora tem outro aspecto muito interessante, foi a sociedade civil que levou o governo a uma tentativa de negociação com os ruralistas. A grande corrente que se formou nas redes sociais em torno da causa Guarani Kaiowa, e de tantas outras pelo Brasil afora, Belo Monte, Terena, Munduruku, Tupinambá, é uma coisa inédita. E o crowdfunding é justamente isso, estar informando essa rede do que acontece no Brasil profundo, fazer com que ela participe, porque não podemos mais contar com a grande mídia que defende a ideologia das elites e é profundamente anti-indígena.

CC Após dirigir o premiado Corumbiara, sobre o genocídio em Rondônia, agora volta ao tema da violência contra os povos indígenas em Martírio. Qual a conexão entre essas histórias?

VC O que está acontecendo no Mato Grosso do Sul também é um genocídio, mas desta vez não é com um grupo isolado, a população Guarani Kaiowá é de mais de 50 mil, estamos assistindo ao enfrentamento da classe mais reacionária do país com a população indígena mais resistente, numa luta profundamente desigual. Estou trabalhando como voluntário na Comissão Nacional da Verdade, porque é fundamental o estado brasileiro reconhecer a sua responsabilidade neste caso, pois foi a política indigenista equivocada do governo no período que a comissão está investigando que gerou esta situação.

CC - Por que filmes sobre a violência contra os índios, em meio a tantos filmes realizado em conjunto com os indígenas com uma perspectiva mais sobre as suas culturas?

VC Quando comecei o Vídeo nas Aldeias, foram os índios que me apontaram esse caminho, do uso do audiovisual para valorizar suas culturas. O fascínio deles pela possibilidade da apropriação da imagem foi para mostrar as coisas belas de suas culturas, tanto para as novas gerações indígenas, como para o mundo que os ignora. Eram histórias de retomada cultural, reconquista da autoestima, do orgulho de ser. Fiz muitos filmes, e hoje eles mesmo fazem muitos filmes também, sobre histórias para cima, para irradiar ânimo, esperança para outros povos abatidos pela opressão da sociedade envolvente. Uma vez fui aos Makuxi convidar uns jovens para fazerem uma oficina de vídeo e eles me responderam que não podiam naquele momento porque estavam na luta pela reserva de Raposo Serra do Sol, mas queriam muito que eu fizesse um filme sobre essa luta. Aceitei imediatamente o desafio e fiz "Ou vai ou racha, 20 anos de luta" que ajudou na campanha pela demarcação desta área. Corumbiara foi a aventura mais emocionante e desafiadora, e no final a mais triste da minha vida. O processo de filmagem ajudou muito para mobilizar a justiça federal para protegê-los. Como não conseguimos incriminar os culpados, abandonei o filme. Passaram-se muitos anos e você fica com aquela coisa dentro de vc. Um dia criei coragem e disse, Vincent você não pode levar essa história contigo, é preciso contar essa história. As novas gerações saberão o significado da palavra genocídio. Agora com essa tragédia com os Guarani Kaiowa, é preciso fazer algo, e o cinema é uma ferramenta poderosa, aprendi isso com Corumbiara. Não é por gosto que tenho

CONT.



tratado do tema da violência contra os índios, é por imposição dos acontecimentos.

CC E por que os guaranis e os kaiowa? O que moveu a fazer Martirio?

VC Sempre tive fascínio pelos Guarani. Quinhentos anos de contato e eles aí, falando sua língua, praticando sua religião, fiéis a sua filosofia de não violência, resistindo, apesar das agressões sofridas ao longo dos séculos de colonização, de um processo contínuo de expropriação e exclusão. Conheci povos na Amazônia que perderam a sua língua em menos de trinta anos! Quem me levou ao Mato Grosso do Sul em 1988, quando ainda estava engatinhando com o Vídeo nas Aldeias, foi o Celso Aoki que trabalhava com eles em roças comunitárias. E nessa época o bicho já estava pegando por lá. Naquele momento os rezadores estavam tomando a frente da resistência, já que os cacique tinham se tornado "gatos" (contratadores de mão de obra) das grandes usinas de cana de açúcar do estado de São Paulo. Ganham comissão por cabeça de índio que eles mandavam para este trabalho escravo, não defendiam o clamor das comunidades para reaver suas terras. Então na época filmei as grandes rezas, juntavam muitas comunidades num grande pátio e cada rezador colocava seu altar, eram rezas polifônicas. No dia seguinte discussões políticas sobre sua situação. Daí nasceu a organização política da Assembléia Geral Guarani Kaiowa, a ATY GUASU que hoje conduz a resistência e as negociações, desde que elas sejam sinceras. Os Guarani Kaiowa lutam numa perspectiva pacifista, budista mesmo. O enfrentamento nunca é para matar o inimigo, mas amolecer seu coração, fazê-lo entender, cooptá-lo como amigo, aliado, seduzi-lo com a inspiração de Deus. É a religião que sustenta esse povo.

CC Há muito material produzido sobre os guaranis, literatura, filmes, teses. O que Martirio traz de novo? E por que agora?

VC Quando assisto nos noticiários de TV "Os índios invadem não sei o que..." fico revoltado de ver um jornalismo irresponsável e criminoso como esse. Será que esse país não tem memória caramba! Será que jornalista não tem que estudar o assunto para fazer matéria? A questão é justamente essa, restabelecer a memória que esse país omite. Em cada pedaço de chão que os índios estão retomando, correu sangue, porque foram despejados dali com violência e eles passaram décadas tentando retornar ao preço de muitos assassinatos. Tenho matérias de TV das décadas de 80 e 90 com reportagens sobre despejos. Tenho filmagens desta época com grandes cerimoniais que hoje não acontecem mais por falta total de condições. É muito interessante traduzir os cantos Guarani Kaiowa, falam da paz, da luz resplandecente, da belezas das flores e da harmonia com a natureza, é uma poética religiosa, é preciso trazer tudo isso à tona.

Acho que é preciso mostrar os dois lados da coisa. De um lado temos o cínico teatro do lobby ruralista no congresso nacional, sustentada pela grande mídia, e do outro a dura realidade dos índios. Colocar estas duas realidades justapostas é chocante, bem editado nem precisa dizer muito. Filmamos a feira do agronegócio em Dourados, um rodeio, e ainda vou filmar a colheita de soja. Enquanto isso tenho filmado as retomadas. São ameaças diárias, um clima de terror permanente, muitas mulheres e crianças, para não falar da fome. Quero trabalhar este contraste de riqueza e miséria, poder e exclusão. Botar a situação neste contexto nacional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

Porque agora? Porque desde novembro de 2011, quando seis homens encapuçados mataram o cacique Nísio no acampamento Guaviry na frente de toda a aldeia, filhos, mulher, parentes, e ainda sumiram com o corpo, que isso não me sai mais da cabeça. E depois disso veio uma enxurrada de assassinatos e isso não para nunca. É desesperador. Que cada um contribua nas suas áreas de competência, mas temos que agir. Temos que dar um basta nisso!

CC Qual vai ser a participação dos índios nesse filme?

VC Meu trabalho sempre foi com os índios e para os índios, e esta iniciativa é mais uma parceria com os índios. A ATY GUASU está à frente do movimento, os aliados ajudam no que podem. Este trabalho vem se somar a outras iniciativas de apoio aos índios, do Ministério Público, da Universidade Federal da Grande Dourados UFGD, da Universidade Supremo Tribunal Federal de Minas Gerais UFMG. Uma das coisas belas que está acontecendo, é a criação de uma Faculdade Guarani na UFGD. Queremos levar todo o material histórico que filmamos no passado para um centro de documentação desta Faculdade, para que os jovens Guarani Kaiowa possam pesquisar, ver imagens do passado. É preciso que os jovens enxerguem que há um futuro para eles, e estancar esta taxa monstruosa de suicídio de adolescentes! Na semana passada o próprio Lula advertiu a Dilma: é preciso resolver a questão indígena na paz porque a guerra vai ser muito caro!

Fonte: Lisbela / Carta Capital



o povo Guarani e Kaiowá em luto frente à nova ameaça de morte coletiva dos fazendeiros

SÍTIO CEDEFES, 09.12.2013

o mês de novembro é o mês de LUTO para o povo Guarani e Kaiowá. Em novembro de 2009, na terra indígena YPO'I, os dois professores Guarani foram assassinados e cadáveres ocultos pelos pistoleiros da fazenda São Luiz-Paranhos-MS. Os contratantes dos pistoleiros são fazendeiros, políticos e sindicato rural filiado à FAMASUL.

Conforme a denúncia do MPF à justiça, os assassinos são o fazendeiro o senhor Fermino Aurélio Escobar Filho, Rui Evaldo Nunes Escobar e Evaldo Luís Nunes Escobar são filhos do proprietário da fazenda São Luís, Moacir João Macedo ex vereador e presidente do Sindicato Rural de Paranhos, Antonio Pereira é comerciante da região e Joanelse Tavares Pinheiro é ex-candidato a prefeito de Paranhos.

Os pistoleiros contratados pelos fazendeiros chegaram ao local YPO'I em caminhões e caminhonetes, efetuando disparos com pelo menos sete armas de fogo de vários calibres (12, 32, 36, 9mm Luger, 30 e 38) e agredindo 30 crianças, 15 idosos (as) 20 adultos e sequestraram e assassinaram dois professores Genivaldo Vera e Rolindo Vera.

Os criminosos se encontram em liberdade não são julgados e condenados. No início de novembro de 2013, esses mesmos fazendeiros sócio da FAMASUL prometem contratar os pistoleiros novamente para atacar as comunidades Guarani e Kaiowá do YPO'I. Estamos em LUTO E LUTA, no dia 18 de novembro de 2011 por volta da 06h00min, no tekoha Guaiviry-Aral Moreira-MS entre Amambai e Ponta Porã-MS, a comunidade Guarani e Kaiowá e o cacique Guarani e Kaiowá NISIO GOMES foi atacado e assassinado de modo cruel pelo grupo de pistoleiros/seguranças da empresa GASPEM, contratados pelos fazendeiros. O cadáver do cacique Nisio Gomes foi transportado na caminhonete e ainda não foi encontrado pela Polícia Federal.

Hoje, quatro (04) fazendeiros se encontram foragidos da justiça. No dia 18/11/2013 completa dois (02) anos. Diante de nova ameaça de morte coletiva dos fazendeiros, no DIA 18/11/2013, no tekoha Guaiviry as lideranças Guarani e Kaiowá participam do ritual religioso de LUTO.

No dia 25 de novembro de 2013 completam 30 anos de assassinato de liderança Guarani e Kaiowá MARÇAL DE SOUZA TUPÃ'I. O líder Marçal Tupã'i foi também assassinado pelos pistoleiros contratados pelos fazendeiros. Os mandantes/fazendeiros e autores desses crimes bárbaros se encontram impunes, liberados pela justiça do Brasil por isso os fazendeiros acabam de anunciar publicamente que a partir de 30 de novembro de 2013, os fazendeiros recomeçam a contratação dos pistoleiros para atacar e assassinar os Guarani e Kaiowá.

Diante desse anúncio criminoso dos fazendeiros e suas organizações e políticos anti-indígenas,
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

as lideranças Guarani e Kaiowá passam se preparar para se proteger e se defender das violências e ataque genocida dos fazendeiros. A partir do dia 18 de novembro de 2013, todas as comunidades Guarani e Kaiowá se organizam e se articulam para se defender dos ataques genocidas dos pistoleiros contratados dos fazendeiros.

Nós Guarani e Kaiowá lutamos contra o processo de genocídio financiado pelos fazendeiros e permitido pelo governo e justiça do Brasil.

Tekoha Guaiviry, 17 de novembro de 2013 Aty guasu contra o genocídio financiado pelos fazendeiros e permitido pela justiça do Brasil.

Fonte: Informativo da Aty Guasu



“Índios criticam leilão e acusam ruralistas de enfraquecer Funai”

SÍTIO CEDEFES, 09.12.2013

Reunidos em “Ato em Apoio aos Direitos dos Povos Indígenas”, índios criticaram o “Leilão da Resistência”, realizado neste sábado (7), em Campo Grande, e acusaram a bancada ruralista de enfraquecer a Funai (Fundação Nacional do Índio).

“O leilão é totalmente ilegal, os fins do evento são ilícitos”, avaliou o índio Luiz Henrique Elóy. Ele, inclusive, foi um dos advogados que assinou ação com pedido de liminar para barrar o evento. A decisão até saiu, mas foi revertida em recurso dos produtores na noite de anteontem (6).

Para Lindomar Terena, líder de APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), o leilão mostra que “Mato Grosso do Sul é um Estado onde não existe mais lei”. “Vamos levar isso e denunciar para o fórum de direitos humanos”, disse.

Elóy ainda atacou a bancada ruralista e a acusou de agir contra a Funai. “Hoje, a Funai é fraca, sem verba e sem infraestrutura por ação da bancada ruralista, que interfere nas emendas à fundação e, sem dinheiro, a instituição não consegue agir”, comentou.

Em contrapartida, ele está confiando em ações da União para resolver o conflito por terras em Mato Grosso do Sul. “Nós próximos, dias vai sair um plano de proteção às comunidades indígenas, tanto Guarani quanto Terena, não tenho detalhes, mas sei que a Funai está elegendo as áreas mais críticas do Estado para apresentar uma saída”, contou.

Fonte: Por Lidiane Kober e Cleber Gellio, em Campo Grande News



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

Ruralistas articulam emenda contra demarcação de terras indígenas

SÍTIO PODER ON LINE, 09.12.2013

A Frente Parlamentar da Agropecuária quer agilizar o trâmite da PEC 215, que transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa das demarcações de terras indígenas, como retaliação pela minuta apresentada pelo ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) para regulamentar a questão.

O trâmite da proposta foi suspenso em outubro após uma série de protestos e de Cardozo manifestar pela inconstitucionalidade da PEC. Os deputados da bancada ruralistas vão pressionar para que a proposta volte ao plenário, já que não houve acordo sobre a questão.



ONU enaltece valor de conhecimento indígena para preservar biodiversidade

SÍTIO BOL, 09.12.2013

Toronto (Canadá), 9 dez (EFE).- Especialistas internacionais em biodiversidade disseram nesta segunda-feira que é vital para todas as comunidades do mundo aprender o conhecimento tradicional de povos indígenas para enfrentar as consequências da mudança climática e o rápido desaparecimento das espécies.

Especialistas da Plataforma para Biodiversidade e Serviços do Ecossistema da ONU (Ipbes) afirmaram em comunicado que as lições das comunidades indígenas são aplicáveis em campos como agricultura, manejo florestal e a exploração dos oceanos.

Exemplos do valor do conhecimento tradicional indígena diante dos problemas ambientais e ecológicos de hoje em dia são, por exemplo, as técnicas de gestão de incêndios florestais desenvolvidas há milhares de anos por povos no que hoje são os territórios de Austrália, Indonésia, Japão e Venezuela.

Grupos indígenas destas regiões utilizam os incêndios controlados no início da estação seca para criar zonas que amenizam os incêndios incontroláveis na época mais seca do ano, o que, além disso, contribui para a proteção da biodiversidade.

Os especialistas também ressaltaram que perante o aumento de condições meteorológicas extremas, a forma como os indígenas de China, Bolívia e Quênia administraram seus cultivos é uma lição que deve ser aprendida pelos agricultores modernos.

Neste caso, as comunidades indígenas preferiram sempre cultivar uma variedade de produtos tradicionais, apesar desta opção oferecer menos rendimento que o cultivo único de uma só variedade para fazer frente em melhores condições às possíveis mudanças das condições meteorológicas durante o ano.

Outro exemplo é a prática da agricultura rotativa no planalto da Tanzânia e nos campos do norte da Tailândia. E em muitas comunidades das ilhas do Pacífico, a prática tradicional implica o uso de restrições, tanto de espaço como de tempo, para permitir a recuperação dos recursos marítimos.

O presidente de Ipbes, um organismo internacional cujo objetivo é buscar soluções para a perda de biodiversidade, Zakri Abdul Hamid, disse em uma declaração que "nossa tarefa é complexa, mas essencial".

"Devemos identificar as lacunas de conhecimento e criar relações entre decisões políticas e conhecimento, em todas as suas formas", acrescentou.

"Isto significa desenvolver um processo pelo qual a comunidade científica e a comunidade política reconhecem, consideram e estabelecem pontes com os indígenas e seu conhecimento local para a conservação e uso sustentável da biodiversidade", disse Abdul Hamid. EFE

Ato a favor dos povos indígenas reúne 70 na Capital

SÍTIO DOURADOS AGORA, 09.12.2013



O Ato em Apoio aos Direitos dos Povos Indígenas, realizado na tarde de sábado, no Teatro de Arena do Horto Florestal de Campo Grande, reuniu cerca de 70 integrantes dos movimentos sociais, que promoveram o evento em protesto contra o Leilão da Resistência, realizado por produtores rurais na mesma data, no Parque de Exposições Laucídio Coelho.

A chuva forte que caiu durante a tarde de sábado inibiu a presença de um grande público esperado pelos movimentos sociais, que entraram na Justiça pedindo o cancelamento do leilão, que foi acatado por uma juíza federal e depois autorizado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Os participantes do ato, integrantes do Movimento Terra Vermelha, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), União Nacional dos Estudantes (Une) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), arrecadaram alimentos, vestuário, brinquedos e outros produtos para serem distribuídos nas comunidades indígenas do Estado.

Segundo os organizadores do ato, cerca de 5,7 mil índios esperam receber alimentos e roupas doadas pela população e um caminhão com cerca de 5 toneladas de alimentos em forma de cesta básica já foi encaminhado às comunidades mais pobres em Japorã.

Durante o manifesto dos movimentos sociais, representantes do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e de outras instituições que congregam o ato, participaram de

CONT.



apresentações culturais de artistas regionais e protestaram contra o leilão e pela falta da demarcação de áreas indígenas.

Os manifestantes acusaram a bancada ruralista no Congresso Nacional de enfraquecerem a Fundação Nacional do Índio (Funai), criticaram a realização do Leilão da Resistência, acusando os produtores rurais de arrecadar recursos para formar milícias no campo e que levarão a denúncia para o Fórum dos Direitos Humanos.

O advogado terena Luiz Henrique Elóy, presente ao ato, afirmou que o leilão dos produtores rurais foi ilícito, assim como sua finalidade e disse que a bancada ruralista agiu contra a Funai. "Hoje, a Funai é fraca, sem verba e sem infraestrutura por ação da bancada ruralista, que interfere nas emendas à fundação e, sem dinheiro, a instituição não consegue agir", destacou o advogado.

Elóy disse que está confiando em ações da União para resolver o conflito por terras em Mato Grosso do Sul e lembrou que nos próximos será divulgado um plano de proteção às comunidades indígenas, tanto Guarani quanto Terena. "Não tenho detalhes, mas sei que a Funai está elegendo as áreas mais críticas do Estado para apresentar uma saída", afirmou.

O cacique Lindomar Terna, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), disse que o leilão mostra que Mato Grosso do Sul é um Estado onde não existe mais lei.



Comitê de projeto de gestão ambiental e territorial indígena se reúne em Brasília
SÍTIO UOL NOTÍCIAS, 09.12.2013

Aconteceu no final de novembro, na Casa das Nações Unidas em Brasília, mais uma Reunião Ordinária do Comitê Diretor do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Projeto GATI).

O evento teve como objetivo principal discutir o andamento do Projeto GATI, avaliar as ações realizadas e planejar as atividades para 2014.

O Projeto GATI tem como objetivo principal o fortalecimento das práticas indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais, contribuindo ao reconhecimento das Terras Indígenas como áreas essenciais para conservação da diversidade biológica e cultural dos biomas florestais brasileiros.

O Projeto é fruto da parceria do movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O GATI é considerado um projeto-piloto da implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). O projeto abrange oito núcleos regionais com 32 terras indígenas que são as áreas de referência.

Conheça os detalhes clicando aqui.

<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3788>



Do conflito ao consenso

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 09.12.2013

Oposição e conflito são riscos comumente enfrentados por projetos hidrelétricos em geral, mas o cenário fica ainda mais complexo nas hidrelétricas que interferem diretamente em terras indígenas. É por isso que o governo deixou esse tipo de usina fora do próximo período de planejamento decenal.

No entanto, olhando para prazos mais longos, há usinas que interferem ou podem interferir indiretamente em terras indígenas que precisarão passar por um processo de exame mais amplo e menos emocional da sociedade. E se não quiser ter maiores dificuldades no desenvolvimento desses futuros projetos, que são estratégicos para a expansão da oferta de energia (projetos que estão concentrados na região amazônica, onde também está a maior parte das terras indígenas), o governo terá que regulamentar tanto o artigo 231 da Constituição quanto o artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dois processos cruciais serão derivados das duas regulamentações: a consulta prévia e a repartição de benefícios.

O processo de consulta prévia é uma oportunidade política que servirá para informar e amadurecer as decisões do Estado e dos povos interessados. A consulta, na prática, implicará a disposição de adiantar um processo de negociação que termine em uma decisão conjunta e mutuamente influenciável para as partes. O seu resultado depende de respeito recíproco, reconhecimento de legitimidade dos interlocutores e muita perseverança.

De qualquer forma, recomenda-se esclarecer enfaticamente que o direito de consulta prévia não pode ser explorado por grupos oportunistas como instrumento de oposição radical às decisões do Estado sobre as quais não há disposição para negociar. Os inúmeros princípios que precisam ser adotados para o sucesso da consulta prévia estão detalhados no estudo White Paper nº 12: povos Indígenas e o setor elétrico, disponível em www.acendebrasil.com.br/estudos.

Uma vez que a relação de negociação tenha começado, os líderes dos povos indígenas precisam definir um acordo de repartição de benefícios com o empreendedor. A boa notícia é que o setor elétrico brasileiro já possui uma fonte de receita com características similares ao proposto na literatura internacional que poderia compor um fundo financeiro de repartição de benefícios: a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

Nossa proposta consiste em redistribuir a CFURH e incluir as comunidades indígenas nessa compensação paga pelos empreendimentos hidrelétricos que interferem em terras indígenas. Um aspecto muito saudável da proposta é que ela não implicará aumentos da conta de luz paga pelos consumidores de energia.

A proposta de redistribuição dos valores da CFURH detalhada a seguir seria aplicável somente
CONT.



a novos empreendimentos que interferem em terras indígenas: a) o Ministério de Ciência e Tecnologia receberia 2%, em vez de 4%; b) os Ministérios de Minas e Energia e de Meio Ambiente receberiam 1,5%, em vez de 3%; c) os estados receberiam 35%, em vez de 45%; d) os municípios e a Agência Nacional de Águas (ANA) manteriam os valores atualmente recebidos; e e) as comunidades indígenas passariam a receber 15% da CFURH. Uma vez definida a fonte dos recursos, é recomendável que sua destinação seja concentrada prioritariamente em três eixos: educação, saúde e programas de geração de renda para a população indígena.

O Brasil já adota as melhores práticas nos acordos de desenvolvimento de projetos hidrelétricos. O desafio é aprimorá-las, ampliá-las para as novas usinas e construir pactos com os povos indígenas, uma população com características próprias.

A promoção de boas relações entre empreendedores e comunidades locais vai além de uma estratégia de gestão de risco: é uma alternativa para melhorar a sustentabilidade de projetos de infraestrutura de longo prazo. É possível sair da situação atual — cuja preocupante tendência é a escalada de conflitos — e construir um futuro de consenso.



Brasília sedia Fórum Mundial de Direitos Humanos

SÍTIO FOLHA VITÓRIA, 09.12.2013

Brasília - Brasília sediará nesta semana, de terça (10) a sexta-feira, o Fórum Mundial de Direitos Humanos. O encontro inclui conferências, debates temáticos e atividades que contarão com a presença de autoridades, intelectuais e profissionais reconhecidos internacionalmente. O objetivo é promover uma reflexão sobre o tema direitos humanos, e a estimativa é que 8 mil pessoas de todo o mundo participem do evento. Ao longo da semana será possível acompanhar pela Agência Brasil as principais discussões.

O início do fórum marca também os 65 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. O documento é a base de luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão.

Apesar da consolidação do documento, há dificuldades na implantação. "Temos encontrado vários desafios para consolidar as bandeiras dos direitos humanos e sofremos muitas ameaças de retrocesso", disse a secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Angélica Moura Goulart, em debate promovido pelo Portal EBC.

Alguns setores da sociedade enfrentam mais dificuldades para garantir os próprios direitos, como é o caso da população indígena. O mestre em antropologia social Tonico Benites, indígena da etnia Guarani-Kaiowá, diz que não foi com a declaração, mas apenas com a Constituição Federal de 1988 que os indígenas passaram a ser considerados cidadãos brasileiros.

"Isso dificulta até hoje a vida dos povos indígenas. Em 1988 fomos reconhecidos juridicamente, o que é um passo, mas que pouco gera mudanças na educação ou no pensamento social nacional e internacional. Foram 400 anos de exclusão e só a Constituição considerou os povos indígenas como seres dotados de saberes e organizados socialmente", acrescentou a secretária.

Também no cenário internacional há dificuldades na garantia de direitos. Na Colômbia, onde ocorre um dos mais antigos conflitos armados e onde há um histórico de massacres e crimes de direitos humanos e de lesa-humanidade, o desafio é colocar as vítimas no centro da temática da solução de conflitos.

Segundo o professor e cientista político colombiano Alejo Vargas Velásquez, a primeira dificuldade encontrada para lidar com a defesa de direitos humanos é qualificar quem é a vítima. "Uma vítima de um roubo de carro, cujo assaltante tenha agido com violência, não é tipicamente uma vítima de direitos humanos dentro do que, internacionalmente, é considerado crime de direitos humanos", explicou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 223 / 2013

Brasília, 09 de dezembro de 2013.

Essas e outras discussões serão assunto das mesas de debate do fórum. A programação completa pode ser acessada no site do evento.



Ministério Público Federal no Piauí quer demarcação da terra indígena Kariri de Queimada Nova

SÍTIO GP1, 09.12.2013

A ação tramita na Subseção Judiciária de Picos.

O Ministério Público Federal no Piauí (MPF/PI) ajuizou ação civil pública para que, por meio de liminar, a Justiça obrigue a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a fazer a demarcação da Terra Indígena dos Kariris de Queimada Nova/PI, nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 1.775/1996 e também no art. 11 da Lei nº 7.347/1985. A ação tramita na Subseção Judiciária de Picos.

A ação civil movida tem como base no Inquérito Civil Público nº 1.27.001.000002/2008-55 instaurado visando o atendimento de pleito da comunidade indígena Kariri para efetivação do reconhecimento e demarcação da terra tradicionalmente ocupada por esta comunidade indígena, na localidade Serra Grande, composta por 65 famílias no Município de Queimada Nova/PI, fronteira com os estados de Pernambuco e Bahia.

Para o procurador da República Francisco Alexandre Forte, autor da ação, desde 2007, integrantes do Povo Indígena Kariri de Queimada Nova vinham reivindicando a demarcação das áreas que ocupam como terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, nos termos do art.231,§ 1º, da Constituição Federal de 1988. Em junho de 2008, o MPF solicitou à Fundação Nacional do Índio a apresentar informações sobre o caso, pois a demanda havia sido incluída em 31 de janeiro do mesmo ano no STI como "demanda por novas terras" e que "cada nova reivindicação obedece a uma cronograma de trabalho que está também sujeito à disponibilidade de pessoal e de recursos e requer estudos em graus variáveis de complexidade (...)".

Mais uma vez oficiada, em novembro de 2012 a FUNAI informou que a reivindicação da comunidade Kariri de Queimada Nova encontrava-se em processo de qualificação, que consiste em "reunir por meio de pesquisa de campo e de gabinete, elementos da natureza histórica, sociológica, fundiária, etnográfica e ambiental" para incluir a reivindicação no planejamento anual. Destacou que os Grupos Técnicos são constituídos com base na antiguidade da reivindicação, situação de vulnerabilidade social do grupo indígena, inexistência de terra demarcada para o mesmo povo na mesma região, impacto de grandes empreendimentos, interesse manifesto do INCRA na área e órgãos ambientais. Por fim, disse que a possibilidade de constituir um GT nos próximos exercícios para realizar estudos na área reivindicada seria avaliada, sendo impossível de constituir um GT neste ano de 2013.

Mesmo com as informações prestadas, o procurador da República observou que a FUNAI não está dando andamento ao processo de demarcação da citada terra indígena, não vem cumprindo os prazos estabelecidos na legislação que rege o tema, e pior, não tem nenhum planejamento para conclusão dos citados trabalhos, estando os indígenas à total mercê da

CONT.



inércia da Fundação.

Julgamento do mérito

No julgamento do mérito, o MPF solicitou à Justiça Federal:

- a) a concessão de medida liminar após pronunciamento do representante judicial da FUNAI a fim de que seja obrigada a promover os trabalhos antropológicos de identificação do grupo indígena e designar grupo técnico especializado -GT, num prazo máximo de 90 dias, sob pena de multa diária a ser arbitrada pelo magistrado;
- b) que, ao final, seja julgado procedente o pedido, para confirmar todos os efeitos liminarmente pleiteados, bem como condenar a demandada ainda na obrigação de fazer, consistente no cumprimento de todos os atos que lhe caibam, referentes à demarcação da Terra Indígena do povo Kariri de Queimada Nova, nos prazos estipulados pelo Decreto nº 1.775/1996;
- c) embora o Ministério Público Federal anexe como prova pré-constituída do alegado o Procedimento Administrativo, protesta pela produção de prova documental, testemunhal, pericial e, até mesmo, inspeção judicial, que se fizerem necessárias ao pleno conhecimento dos fatos, inclusive no transcurso do contraditório que se vier a formar com a apresentação de contestação.



Após polêmica, "Leilão da Resistência" arrecada mais de R\$ 600 mil

SÍTIO NOTICIDADE, 09.12.2013

Idealizado por produtores rurais, o "Leilão da Resistência", realizado na tarde de ontem (7), arrecadou R\$ 640,5 mil em arremates de lotes de gado e cereais. A entrega dos animais será feita neste domingo (8) aos compradores. O balanço geral será divulgado amanhã (8).

Com intuito inicial de utilização do recurso para contratação de segurança armada em terras de ocupação indígena, após interferência judicial, o dinheiro deve ser depositado e liberado somente ao final do processo.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, antecipou que o dinheiro arrecadado no "Leilão da Resistência" será dividido entre os sindicatos rurais em Mato Grosso do Sul para atender as necessidades de cada região.

O leilão havia sido suspenso pela Justiça Federal. A juíza Janete Lima Miguel, da 4ª Vara Federal em Campo Grande, atendeu ao pedido de comunidades indígenas e movimentos sociais. A Famasul e a Acrissul recorreram e conseguiram realizar o evento. No entanto, foi estabelecido que sejam enviadas ao judiciário informações sobre as doações e arremates. Caso haja descumprimento a multa será de duas vezes o valor arrecadado.

RBV News